



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA (UNILAB)
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA - ICSA
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

SETTIMIO ARTUR INTCHALÁ

**POLÍTICAS CULTURAIS E IDENTIDADE NACIONAL NA GUINÉ-BISSAU:
Desafios e perspectivas de preservação cultural 2020 e 2025**

ACARAPE - CE

2025

SETTIMIO ARTUR INTCHALÁ

POLÍTICAS CULTURAIS E IDENTIDADE NACIONAL NA GUINÉ-BISSAU:

Desafios e perspectivas de preservação cultural 2020 a 2025

Trabalho de conclusão de curso (Monografia) apresentado ao curso de graduação plena em Administração Pública, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) como requisito parcial para obtenção do título de graduado em Administração Pública

A orientadora, professora Dra. Andréa Yumi Sugishita Kanikadan

ACARAPE - CE

2025

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Intchalá, Settimio Artur. 161p

Políticas culturais e identidade nacional na Guiné-Bissau:
desafios e perspectivas de preservação cultural 2020 e 2025 /
Settimio Artur Intchalá. - Redenção, 2025.
96f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública, Instituto De Ciências
Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2025.

Orientador: Prof.^a. Dra. Andréa Yumi Sugishita Kanikadan.

1. Guiné-Bissau - Políticas públicas. 2. Cultura -
preservação. 3. Identidade. I. Título

CE/UF/BSCA

CDD 320.96657

SETTIMIO ARTUR INTCHALÁ

**POLÍTICAS CULTURAIS E IDENTIDADE NACIONAL NA GUINÉ-BISSAU:
Desafios e perspectivas de preservação cultural 2020 a 2025**

Trabalho de conclusão do curso na modalidade monografia apresentada ao curso de Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, campus de Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de graduação em Administração Pública.

Data de aprovação 26 /11 / 2025

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a. Dra. Andréa Yumi Sugishita Kanikadan

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

Prof.^a. Dra. Rosalina Tavares

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

Prof.^a. Dra. Sâmia Maluf

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pai todo poderoso pelo o dom de vida e inspiração para realizar este trabalho. De uma forma especial dedico-os à Munira da Silva, a mãe da minha filha Julaice Settimio Intchalá, por terem adicionado em mim mais responsabilidade e maturidade. Agradeço à minha orientadora professora Doutora Andréa Yumi Sugishita Kanikadan, alocada no instituto das Ciências Sociais Aplicadas ICSA da UNILAB, pela sua disponibilidade para realização do meu trabalho. E também agradeço de uma forma singular aos meus pais Artur Intchalá e Rosa Cumbá, pelo carinho, amor e ensinamentos que me deram ao longo do tempo, que me fez tornar num homem esforçado.

Aos meus familiares que sempre me acompanharam nesse percurso, Clara Intchalá da Silva, Domingas Una Viegas, Júlio Intchalá (N`ghala) ao lado da sua esposa Ermelinda, Alberto Luis Quematcha junto da sua esposa Quinta Quematcha, Domingos Intchalá, Adama Lopes Vieira, Alzira Intchalá, Lúcia Intchalá (Mamoi ou Moima), Graciete Artur Intchalá (Tumandé), Jamir Artur Intchalá, (Mi), Samanta Artur Intchalá (Dade), Bodoína Intchalá (Mado ou Bedo), Artemisa Blone Intchalá (Murida), Juvenal Artur Intchalá (Jú), Talita Artur Intchalá, Alberto Artur Intchalá (Beto), José Miguel M`bana (Cam-naté), Jorge Miguel M`bana, Domingos Miguel M`bana (Muntú) e Fadul Miguel M`bana (Ufna), Juerma Júlio Intchalá (Winda), Venância Júlio Intchalá (N`ta) e Fai Intchalá.

Aos meus amigos e irmãos que ao longo dos anos, ou seja, durante o percurso me motivaram nessa caminhada, Faustino Lamine Nhanque, Agostinho Sanhá (Camm Plucky), Sumaé Embaló, Tchernó Balde, Saliu Baldé, Amado Jaló (Armasaj Nuclear) Tchernó Sado Canté (sado) Mamadu Jaló (Uri). João Pinto Freira, Justino Gomes, Brono M`pondo Lima, Abna Loa Nancofé, Maikel José Pereira, Moisés Quinta Ialá, Biof Bucut Cumba, Joelson Isnaba Pereira, Yem-na Maria Vieira, Vasco Sifna Cabi, Pansau Eusébio Embatine, Maria do Céu Fernandes, Adriel Tengna Embatine, Nivaldino António Sanhá, António Intchalá M`bali, Biomandé Nanque (Bió), Arcádio Cá (Figo).

RESUMO

A pesquisa sobre as políticas públicas culturais e identidade nacional na Guiné-Bissau: desafio e perspectiva da preservação cultural, relativamente aos obstáculos que inibem a implementação e desenvolvimento das políticas públicas na Guiné-Bissau. Diante dessa situação, o objetivo geral deste trabalho busca analisar o papel do Estado na valorização e preservação da cultura tradicional guineense. Portanto, para o estudo foi utilizado a metodologia da pesquisa bibliográfica documental. Para o efeito da técnica de coleta dos dados, foi utilizada a entrevista semiestruturada. Os resultados indicam que a instabilidade política e constante derrube de governos foi um dos maiores fatores que interfere nas diversas áreas sociais inclusive da cultura. Concluimos que o elemento primordial para o avanço de qualquer nação parte da estabilidade política, que permite a gestão pública ter as condições de elaborar políticas públicas culturais para o avanço do setor.

Palavras chaves: Guiné-Bissau, políticas- públicas, cultura, preservação, identidade.

RESUMO EM CRIOLO

És tarbadju na trata di política pública Cultural i identidade nacional di Guiné-Bissau: desafios i perspectiva di preservaçon kultural, ku na fala di barera ku ta tudji pa politika pública criadu i desenvolvidu na Guiné-Bissau. Pabia dés, ku és trabadju tené suma panu di fundu na buska intendi kal ki papel de estadu na balura i guarda kultura di tempu antigu di Guiné. Pabias dikila, pa és trabalho i usadu caminhu di buska bibiografiku, kuta fassi na livrus ku utrus documentus. Pa buska inforamaçon pa é trabadju i usadu tecnica di kudjikudji dados ou informaçon, i fassidu purguntas ku pudi rispundi livriminti di keku sibi sobri kil assuntu i, fassidu tan perguntas ki bu pudi rispundi atrabés de opções ki sta na kil pergunta. Na respostas ku ricibidu di kil perguntas mostra kuma paz ka tem na terra, gubernu ta kai tudu ora. Kila sedu problema, mas garandi kuta interferi na manga di árias suma tambi di cultura. Na és trabadju nô tchiga na intindimentu kuma ké ku pudi punu pa kualker país pa i bai pa diante, i ora ku paz ten ou tambi terra firia, assin kilis ku sta dianti na gubernu eta pudi tarbadja ku bons ideias pa pudi desenvolvi cultura di nó terra.

Palabras tchabes: Guiné-Bissau, políticas- públicas, Cultura, preservaçon, identidadi

ABSTRACT

The research about Public Cultural Policies and National Identity in Guinea-Bissau: the challenges and perspective of cultural preservation, particularly regarding the obstacles that hinder the implementation and development of public policies in the country. In front of this situation, the general objective of this study is to analyze the role of the State in valuing and preserving Guinean traditional culture. For this purpose, the study employed bibliographic, documentary, and ethnographic research methodologies. Semi-structured interviews were used as the data collection technique. The results indicate that political instability and the constant overthrow of governments have been major factors affecting various social sectors, including culture. We conclude that the fundamental element for the advancement of any nation is political stability, which enables public administration to create the necessary conditions for developing cultural public policies that contribute to the progress of the sector.

Keywords: Guiné-Bissau, public policies, culture, preservation, identity

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Ocupação dos Respondentes	40
Gráfico 2 – Faixa etária dos Respondentes	41
Gráfico 3 – Identidade cultural da Guiné-Bissau	42
Gráfico 4 – Identidade nacional guineense	42
Gráfico 5 – Medidas da identidade nacional	43
Gráfico 6 – Preservação Cultural	45
Gráfico 7 – Estado na valorização e preservação da cultural	46
Gráfico 8 – Formação da identidade nacional	48
Gráfico 9 – Diversidade étnica na construção da identidade	49
Gráfico 10 – Práticas culturais tradicionais	50
Gráfico 11 – Principais culturais	51
Gráfico 12 – Práticas culturais em risco de desaparecimento	53
Gráfico 13 – População guineense na valorização da cultura	54
Gráfico 14 – Globalização na preservação da cultura tradicional	55
Gráfico 15 – Eficácia das políticas culturais	57
Gráfico 16 – Legislação da proteção de patrimônio cultural	57
Gráfico 17 – Financiamento para projetos de preservação	59
Gráfico 18 – Estado na melhoria das políticas culturais	59
Gráfico 19 – Papel das escolas na preservação cultural	61
Gráfico 20 – Ensino da história e das tradições guineenses	62

Gráfico 21 – Percepção das novas gerações quanto a importância da cultura	63
Gráfico 22 – Estratégias Educativas na preservação da cultura	63
Gráfico 23 – Contribuição dos universitários guineenses no estudo	64
Gráfico 24 – Desafios na implementação das políticas culturais	65
Gráfico 25 – Ausência de recursos financeiros	66
Gráfico 26 – Conflitos políticos e sociais na identidade cultural	67
Gráfico 27 – Transmissão da cultura tradicional	68
Gráfico 28 – Influência na ameaça da cultura local	68
Gráfico 29 – Tecnologia utilizada na divulgação da cultura	69
Gráfico 30 – Políticas culturais criadas entre 2020 a 2025	70

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 METODOLOGIA	14
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
3.1 POLÍTICAS CULTURAIS PÚBLICAS	18
3.1.2 Cultura e Identidade Nacional	21
3.1.4 Estado, Sociedade e Produção Cultural na Guiné-Bissau	32
3.1.5 Desafios e Perspectivas para a Gestão Pública no Âmbito das Políticas Culturais	38
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	40
4.1 IDENTIDADE.....	41
4.1.2 Preservação cultural	45
4.1.3 Tradição	47
4.1.4 Diversidade étnica.....	48
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	75

1 INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento de qualquer nação é grandemente auxiliado pela cultura, que atua como um componente vital da identidade nacional, da coesão social e da promoção da diversidade cultural. “A Guiné-Bissau é conhecida pela forte instabilidade política vivida durante décadas” (CORREIA 2024, p.1). O autor ainda afirma que “com tanta riqueza em termos de diversidade étnica e cultural, que diferencia a Guiné-Bissau de outros países, o setor cultural continua a deparar-se com enormes dificuldades” (CORREIA 2024, p. 5).

Essa instabilidade política crônica gerou impactos negativos em diversas esferas da sociedade, inclusive na área cultural. Um dos setores mais afetados foi o da música e dança, que tem enfrentado um visível enfraquecimento devido à ausência de políticas públicas culturais eficazes. Os profissionais da arte, como os músicos, cantores, artistas e promotores culturais encontram-se desamparados e carecem de incentivos e estruturas adequadas para desenvolverem suas atividades de forma sustentável.

Diante da relevância do tema, surgiu o interesse em aprofundar o estudo sobre os entraves e desafios que têm impedido a implementação e o desenvolvimento de políticas culturais e Identidade Nacional na Guiné-Bissau. No decorrer da pesquisa, tornou-se evidente que a cultura guineense, embora vibrante e diversa, permanece estagnada há anos, sem avanços significativos em termos de apoio institucional e políticas concretas. Por essa razão, escolhi este tema para o trabalho de conclusão do curso, com o objetivo de contribuir para o debate e a construção de soluções que promovam a valorização da cultura como instrumento de desenvolvimento nacional.

Este trabalho busca analisar e compreender os fatores que dificultam a implementação e o desenvolvimento das políticas culturais na Guiné-Bissau, com ênfase na análise dos desafios e obstáculos enfrentados pelo país na criação, execução e consolidação de ações voltadas à preservação da cultura e da identidade nacional, bem como à promoção da diversidade cultural guineense. A pesquisa concentra-se no período pós-independência, especificamente entre os anos de 2020 e 2025, com atenção especial ao papel do governo da Guiné-Bissau nesse assunto.

Geograficamente, o país situa-se na costa ocidental da África. Ao Norte, faz fronteira com o Senegal e, ao sul, com a República da Guiné-Conacri, com uma dimensão territorial de 36.125 km². Administrativamente, a Guiné-Bissau está dividida em oito regiões (Bafatá, Biombo, Bolama/Bijagós, Cacheu, Gabú, Oio, Quinara e Tombali) e um setor autónomo (Bissau). A costa oeste do país é banhada pelo imenso Oceano Atlântico, e na parte insular encontram-se os arquipélagos dos Bijagós, cerca de 90 ilhas, das quais 17 são habitadas (NTCHALA CÁ, 2019).

Segundo o Instituto Nacional de Pesquisa da Guiné-Bissau (INEP,), o último levantamento demográfico realizado em 2009, estimava que a população de Guiné-Bissau era de cerca de 1,6 milhão de habitantes. Importa salientar ainda que este país é considerado multiétnico, com diversos grupos étnicos, onde se falam, em média, 27 línguas étnicas, além do português, que é a língua oficial do país, e do crioulo guineense, considerado a língua da unidade nacional, ou seja, a língua de união entre os grupos étnicos residentes no país (COUTO; EMBALÓ, 2010; NTCHALA CÁ, 2019 *apud* EMBALÓ, 2023).

Segundo Scantimburgo (2013, p. 28), o crioulo guineense é falado por 44,31% da população, enquanto outras línguas predominantes são o fula (20,33%), o balanta (24,54%), o mandinga (10,08%), o manjaco (8,13%), o papel (7,24%), a biafada (1,97%), o bijagó (1,97%), o mancanha (1,86%), o felupe (1,48%) e o nalú (0,31%). Apesar da expressiva presença do crioulo no cotidiano da população, esse idioma ainda não é reconhecido como língua oficial. Esse estatuto é reservado ao português, que é utilizado principalmente em documentos oficiais e no ambiente escolar formal.

A pesquisa a que se refere à problemática, tem como perguntas de partida: Quais são os principais desafios e obstáculos enfrentados na criação e execução de políticas culturais na Guiné-Bissau, e de que forma essas dificuldades impactam a preservação de cultura e identidade nacional?

Esta pesquisa nasce com o intuito de compreender os fatores que servem de obstáculo para a gestão pública guineense concernente à implementação e no desenvolvimento das políticas culturais públicas e, conseqüentemente, na preservação da identidade nacional. A falta das políticas públicas voltadas à cultura, esta situação, está promovendo a desvalorização das práticas tradicionais, que de certo modo resultam na perda do patrimônio cultural do país.

O objetivo geral consiste em analisar o papel do Estado na valorização e preservação da cultura tradicional guineense, trata assim dos mecanismos que podem ser usados pelas entidades responsáveis da área cultural, e, também como podem ser conservadas as práticas das atividades, com propósito de valorizar a nossa identidade.

No que se refere a primeiro objetivo específico deste trabalho, foi identificar as políticas públicas culturais implementadas na Guiné-Bissau entre 2020 e 2025, o intuito aqui é compreender a dinâmica do governo no que tange a criação e desenvolvimento das políticas durante a Xª legislatura do país, propõe-se saber se a administração pública evidenciou ações voltada a essa área, como forma de salvaguardar aquilo nos representa.

Correlação a segundo objetivo específico, verificar como a tecnologia pode ser usada para preservar e divulgar a cultura guineense. Lembrando que hoje em dia, a tecnologia, é um elemento muito importante no processo do desenvolvimento de qualquer setor profissional. Pode ser usada para registrar os momentos e divulgar as práticas como forma de difundir a nossas diversidades para o mundo fora.

No que refere a terceiro objetivo específico, foi justamente analisar a percepção da população sobre o papel do Estado na valorização cultural, com esse objetivo procuramos entender se realmente a população compreende o verdadeiro papel do estado concernente a valorização da identidade e patrimônio cultural da nação.

Por último objetivo específico, visa propor recomendações para o fortalecimento das políticas culturais na Guiné-Bissau, nesse objetivo foi destacado o investimento em educação e cultura, valorização das tradições locais, o fortalecimento institucional, como forma de fortalecer e manter a consistência cultural.

A pesquisa partiu da hipótese de que a ausência de políticas públicas culturais bem estruturadas, a falta de recursos financeiros e a instabilidade política constante são os principais fatores que dificultam o desenvolvimento de políticas culturais eficientes e eficazes na Guiné-Bissau

A metodologia utilizada nesta pesquisa consiste em uma pesquisa bibliográfica documental. Para o efeito da técnica de coleta dos dados, foi utilizada a entrevista semiestruturada, pesquisa caracteriza-se, portanto, como de natureza qualitativa e exploratória, pois busca compreender as percepções, experiências e significados atribuídos pelos

participantes ao tema das políticas culturais e à construção da identidade nacional na Guiné-Bissau.

O presente trabalho está estruturado em cinco seções, além da parte introdutória e considerações finais, a primeira seção fala sobre conceito de políticas culturais públicas. A segunda seção trata da Cultura e Identidade Nacional. Na terceira seção foi abordado Políticas Culturais no Contexto Pós-Colonial, na quarta seção observou-se Estado, Sociedade e Produção Cultural na Guiné-Bissau e, por último, a quinta seção relata os Desafios e Perspectivas para a Gestão Pública no Âmbito das Políticas Culturais.

2 METODOLOGIA

A metodologia consiste em um processo científico e organizado que possibilita investigar um determinado tema e coletar informações relevantes, com o objetivo principal de produzir conhecimento e oferecer respostas a uma questão específica. Conforme Gil (2002, p. 17), define pesquisa como sendo "[...] o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos". Com base na citação é evidente que a partir do momento em que um pesquisador assume a responsabilidade de fazer uma determinada pesquisa, tem propósito de querer trazer conhecimento ou seja, algo novo para sociedade, através de um resultado ou elucidação de problemas antes pré-definido.

De acordo com Ruiz (1982, p. 48), pesquisa científica "[...] é a realização concreta de uma investigação planejada, desenvolvida e redigida de acordo com as normas da metodologia consagradas pela ciência". Nessa lógica o elemento importante para a realização da pesquisa científica é a escolha da metodologia a ser seguida para a realização do trabalho, ou seja, classificação adequada de acordo com as normas da metodologia citada pelo Gil.

A pesquisa adotou-se a abordagem qualitativa, cujo metodologia exploratória, de cunho bibliográfico. Creswell e Creswell (2021, p. 45), apontam que “a pesquisa qualitativa é uma abordagem voltada para a exploração e para o entendimento do significado que indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano.” Nessa perspectiva, essa abordagem permite compreender as relações entre Estado, sociedade civil, agentes culturais e comunidade.

Para Gil (2017), as pesquisas qualitativas ganharam os reconhecimentos como pesquisas adequadas à sociedade só a partir 1970, passou a ter uma nova visão de reconhecer

as pesquisas qualitativas como distintas das pesquisas quantitativas em decorrência sobretudo da aceitação do ponto de vista interpretativo. Ainda este enfoque é diferenciado do positivista, salientado que o enfoque interpretativista no mundo e a sociedade devem ser entendidos segundo a perspectiva daqueles que o vivenciam.

A pesquisa qualitativa, é um dos caminhos seguidos para a ciência na procura de dados sólidos que dão credibilidade ao trabalho acadêmico. Segundo Batista, Matos e Nascimento (2017), a pesquisa qualitativa se propõe a investigar dados descritivos de uma situação ou fenômeno, envolvendo o contato direto do pesquisador com a situação estudada de uma determinada sociedade específica. Ela tem o seu foco na busca de compreender os acontecimentos dos fenômenos de uma forma profunda baseando em alguns aspectos como motivações, emoções e percepções a volta do indivíduo.

Conforme Cyriaco (2017 p. 5) “Pesquisa qualitativa é um método de estudo que valoriza a descrição e a explicação dos fenômenos investigados, a partir de entrevistas e observações. Inicialmente, tais procedimentos eram restritos à antropologia e à sociologia”.

Para Minayo (2010), o método qualitativo é aquele que se aplica ao estudo da história das relações das representações que os seres humanos fazem a respeito de como vivem ao longo do tempo. De acordo com a citação acima, pode-se compreender que o método qualitativo ela é uma abordagem de pesquisa que busca entender no fundo um determinado fenômeno numa experiência subjetiva que não se baseia nos dados.

A presente pesquisa caracteriza-se como de natureza qualitativa exploratória, pois busca compreender as percepções, experiências e significados atribuídos pelos participantes ao tema das políticas culturais e da construção da identidade nacional na Guiné-Bissau. O método qualitativo permite analisar a realidade social a partir da visão dos próprios sujeitos envolvidos, valorizando seus discursos, trajetórias e interpretações da própria convivência cotidiana do seu ambiente, com foco em descrever as características, qualidades, atributos e fenômenos.

Quanta a metodologia, trabalhamos com duas, exploratória e bibliográfica. “A pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto.” (SEVERINO, 2013, p.76), o que se pode perceber com a citação do autor, é que a pesquisa exploratória é um método de estudo com finalidade de ter uma compreensão de um assunto pouco estudado, obter as informações que servirão para estudos futuros.

No que se refere a pesquisa bibliográfica vale salientar que, é fundamentada na base de procedimentos que envolvem as buscas de informações, coletas, dados e análises de informações já publicadas referentes ao tema em estudo. Conforme Gil (2002 p. 44), pesquisa bibliográfica “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Analisando a citação acima percebe-se que a pesquisa bibliográfica é meramente baseada em livros, artigos, dissertações, teses e outros materiais científicos com finalidade de ter as informações de temáticas que foram pesquisadas.

Em contrapartida, a pesquisa bibliográfica busca reunir fundamentos teóricos bem estruturados, oferecendo suporte conceitual para o estudo. Esse tipo de pesquisa permite conhecer o que já foi produzido sobre o assunto, apontar possíveis limitações ou lacunas nas investigações anteriores e construir uma base sólida para a realização de trabalhos científicos e acadêmicos.

Cervo e Bervian (1973, p. 55), afirmam que a pesquisa bibliográfica “[...] explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos”. Os autores afirmam que a pesquisa bibliográfica tem como fonte de dados os livros e todos os materiais acadêmicos publicados periodicamente nas redes mundiais de internet.

Para a busca de materiais, foram utilizados os descritores como: cultura, política cultural pública, política pública, conservação de patrimônio cultural e identidade nacional. Na base de dados da biblioteca virtual estão: no google acadêmico, Scielo, periódicos indexados pela CAPES, Library Online, repositório de diferentes universidades públicas Brasileira e internacional.

A busca dos documentos para construção dessa pesquisa ocorreu de julho a novembro de 2025, não foram selecionados os artigos, ou seja, não foi feita nenhuma filtração por ano, foram aproveitados todos os artigos que atenderam ao tema em estudo.

O principal motivo que levou a busca dos documentos, ou seja, artigos científicos nessa linha foi justamente a escolha da temática com seguinte pergunta: Quais são os principais desafios e obstáculos enfrentados na criação e execução de políticas culturais em Guiné-Bissau, e de que forma essas dificuldades impactam a preservação de cultura e identidade nacional?

Dessa forma, o estudo dos artigos que foram selecionados enfatizou a política cultural pública, ligado a conservação da cultura e identidade nacional. Os documentos foram

analisados por meio da leitura exploratória dos materiais encontrados em uma abordagem qualitativa.

Como técnica de coleta de dados, para esta pesquisa, foram utilizados questionários abertos e fechados (semiaberto), os questionários fechados são 24 e, perguntas abertas as quais são 6. Nas questões abertas foram transcrevidas algumas respostas para o trabalho como forma de evidenciar o que foi perguntado. Os questionários foram enviados através de google formulário, para diferentes agentes culturais, artistas, músicos, cantores, mestres de cerimônias (Mcs), Disc Jockey (Djs), escritores, dançarinos, promotores de eventos e produtores musicais locais. Essa técnica foi escolhida por proporcionar flexibilidade no diálogo, permitindo ao pesquisador seguir um roteiro de perguntas semiabertas e, ao mesmo tempo, explorar novos temas que emergiram durante as conversas. As entrevistas buscaram identificar percepções sobre a importância das políticas culturais, os desafios enfrentados no setor e o papel da cultura na formação da identidade nacional.

Para a coleta de dados, foram elaborados questionários direcionados a diferentes entidades envolvidas com a cultura, nomeadamente cantores, músicos, disc jockeys (DJs) e produtores culturais. Esses grupos foram escolhidos com o propósito de obter informações sólidas a respeito das políticas públicas culturais e da preservação da identidade nacional. No total, participaram da pesquisa 22 pessoas, que responderam ao formulário. O instrumento de coleta foi enviado aos participantes de duas formas: por e-mail e pelo aplicativo WhatsApp.

A recolha dos dados ocorreu entre os dias 26 de setembro a 31 de outubro de 2025, com duração de cinco semanas. Os participantes residem em diferentes continentes, nomeadamente: África, Ásia, Europa e América. Entre os entrevistados, duas (2) pessoas residem na Guiné-Bissau (na cidade de Bissau), uma (1) na Rússia, duas (2) em Portugal e doze (12) no Brasil.

Houve grandes limitações durante o processo de pesquisa, o que dificultou a realização das entrevistas orais e online. A intenção inicial era realizar entrevistas por meio de chamadas de vídeo via WhatsApp, Google Meet, Messenger e Facebook. No entanto, ao tentar entrar em contato com a Secretaria de Cultura da Guiné-Bissau, por meio do e-mail institucional divulgado em sua página oficial no Facebook, não obtive sucesso. Da mesma forma, as tentativas de contato com algumas personalidades ligadas à cultura guineense, páginas culturais do país, músicos e DJs também não tiveram êxito.

Diante dessas limitações geográficas e financeiras, optou-se pela aplicação de questionários abertos e fechados, ou seja, mista por meio de formulário eletrônico, o que possibilitou, ainda que um número reduzido de participantes, a coleta de dados relevantes sobre as práticas culturais e a percepção das políticas públicas culturais na Guiné-Bissau.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 POLÍTICAS CULTURAIS PÚBLICAS

As políticas culturais são princípios práticos e administrativos que orientam como as políticas culturais serão formuladas, implementadas e avaliadas, garantindo que a ação do Estado seja eficaz e eficiente, direcionada para alcançar os objetivos de cultura e desenvolvimento da sociedade. Ou seja, as políticas culturais são ações e propostas do estado para atender as demandas culturais em colaboração com comunidade, sociedade civil como forma de promover o fácil acesso e a preservação, valorização e a disseminação das informações ligado à cultura.

As difusões concernentes as informações culturais têm como o pano de fundo garantir igualdade de direito à cultura para todos os membros da sociedade. A política cultural no Brasil se consolidou a partir de uma visão ampliada da cultura, que incorpora a dimensão antropológica, reconhecendo os saberes populares e os modos diversos de viver como elementos centrais. Essa perspectiva propõe que a cultura seja compreendida como um direito fundamental, essencial para a cidadania e para a transformação social (BOTELHO, 2007).

Conforme afirma (COSTA,1997, p.1) “As políticas culturais representam para a sociologia, do ponto de vista teórico, como um objeto por excelência. Na verdade, combinam-se nelas, nuclearmente e de forma explícita, duas dimensões fundamentais das relações sociais: a cultura e o poder.” De acordo com a citação anterior, no qual o autor fala das dimensões das relações sociais da cultura e do poder. O autor salientou que essas dimensões são fundamentais na relação social; na primeira dimensão que refere a dimensão Cultural ela modela Comportamento, valores e identidade. Já segunda dimensão que é o poder está fortemente ligado à cultura direciona e influencia as dinâmicas sociais com o sentido de promover a liberdade de uma forma equitativa no que refere a discriminação.

Para Bucal e Machado (2021), as políticas culturais são definidas como o conjunto de princípios, objetivos e intervenções de natureza pública cuja finalidade orienta o

desenvolvimento cultural de uma sociedade, promovendo o acesso, à produção, à preservação e a difusão de bens e valores culturais de um determinado país, como forma de conservar patrimônio histórico.

Com base no ponto de vista dos atores dá para entender que perspectiva cultural como um direito de desenvolver a experiência e informação alusivo a participação de forma abrangente a todos sem a condição econômica ou sociais, dando foco que a cultura seja acessível a todos, com base a promoção de igualdade de oportunidade de participar e aprender as atividades culturais.

Por outro lado, a política cultural é vista como um projeto com as ideias de resgatar e salvaguardar patrimônio cultural de uma nação. CHAUI (1995, p. 37) afirma que, “O projeto cultural colocou-se, portanto, na perspectiva da democratização da cultura como direito à fruição, à experimentação, à informação, à memória e à participação.”

Segundo Canclini (2001, apud CANEDO, 2009), a política cultural corresponde ao conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários, com o intuito de orientar o desenvolvimento simbólico, suprir as demandas culturais da sociedade e contribuir para um tipo de ordem ou transformação social.

Ao abordar política cultural no contexto específico da Guiné-Bissau, é de grande relevância falar do conceito da cultura. Pois, o conceito da cultura pode ser entendido como um conjunto de valores, tradições, costumes, crenças, rituais, modo de viver, expressões artísticas e língua. Conjuntos desses elementos anteriormente referenciados que caracterizam vários grupos étnicos que compõem a Guiné-Bissau. Lembrando que o país é laico e é composto por várias etnias e cada uma dessas etnias carrega com siglo mesmo a sua própria entidade cultural, a sua própria língua que lhe difere com as demais outras etnias.

De acordo com Cuche (1999, p. 35), a cultura pode ser definida como: “Cultura e civilização, tomadas em seu sentido etnológico mais vasto, são um conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade.”

Cada cultura é dotada de um “estilo” particular que se exprime através da língua, das crenças, dos costumes, também da arte, mas não apenas dessa maneira. Este estilo, este “espírito” próprio a cada cultura influi sobre o comportamento dos indivíduos. Boas pensava que a tarefa do antropólogo

linguista era também elucidar o vínculo que liga o indivíduo à sua cultura” (CUCHE, 1999, p. 45).

Segundo a abordagem do autor, afirmou que cada cultura é adotada de um estilo particular, e essa diversidade cultural faz a Guiné-Bissau ter uma cultura muito rica partindo da sua formação étnica e grupos linguísticos. A cultura é algo diferenciado porque cada povo tem a sua própria história, e sua maneira de ver o mundo e de se organizar ou de se expressar a sua identidade com base no seu valor, costumes e a própria língua. Por outro lado, Cuche afirma que:

Cada cultura se caracteriza (...) por seu pattern, isto é, por uma certa configuração, um certo estilo, um certo modelo. O termo implica a idéia de uma totalidade homogênea e coerente. Toda cultura é coerente, pois está de acordo com os objetivos por ela buscados, ligados a suas escolhas, no conjunto das escolhas culturais possíveis. Ela busca esses objetivos à revelia dos indivíduos, mas através deles, graças às instituições (sobretudo as educativas) que vão moldar todos os seus comportamentos, conforme os valores dominantes que lhes serão próprios (CUCHE, 1999, p. 77-78).

O principal objetivo da cultura de um povo vincula-se a definir como eles vivem e pensam e sua interação no mundo, transmitindo certas práticas para a geração vindoura como valores e crenças. A cultura é um elemento essencial que une diferentes pessoas, entidades da sociedade, ou seja, ela une os membros de uma determinada sociedade, permitindo assim a criatividade de forma coletiva ligado a suas convivências quotidiana numa comunidade com a expressão humana que define a identidade de um povo.

Na perspectiva Chauí (1995, p. 11), a cultura é definida como “invenção coletiva de símbolos, valores, ideias e comportamentos, de modo a afirmar que todos os indivíduos e grupos são seres culturais e sujeitos culturais”. Essa concepção amplia o conceito de cultura para além das belas-artes, enfatizando seu caráter antropológico e democrático.

Dando continuidade ao desenvolvimento desse tema, é tão relevante abordarmos o conceito de políticas culturais públicas, compreendidas como instrumentos essenciais utilizados pelo governo de qualquer país para minimizar os problemas existentes em diferentes áreas sociais e inclusive na área cultural. Ao longo do referencial teórico, foram apresentados alguns conceitos como: política cultural e cultura. Em seguida, será tratado o conceito de

política cultural pública, considerando-o em um contexto mais abrangente, especialmente na realidade brasileira.

As políticas culturais públicas assumem papel central na promoção da cidadania e no fortalecimento da inclusão social. Nesse sentido, Santos et al. (2024, p. 3) destacam que “Nesse sentido, as políticas públicas culturais direcionadas a uma infância saudável contribuem significativamente para o bem-estar emocional, cognitivo e social das crianças.” Evidenciando que a cultura, enquanto direito, contribui diretamente para o desenvolvimento humano em suas dimensões cognitivas, emocionais e sociais. As três dimensões têm como finalidade projetar o crescimento de ser humano concernente a sua saúde mental para garantir o maior bem-estar social.

Essa compreensão ainda se tornou mais amplo a partir de momento que compreendemos e consideramos o espaço dos museus como instâncias de efetivação de políticas culturais inclusivas. Para Tojal (2007, p. 22), “é possível e mesmo imperativo conceber o museu e o patrimônio cultural que ele abriga como instrumentos de políticas públicas culturais de inclusão social de públicos especiais”. Museu sendo um lugar que engloba diversas situações como, tanto na perspectiva da infância quanto na das pessoas com deficiência, nota-se que a política cultural pública deve garantir acesso democrático e equitativo às práticas culturais, promovendo bem-estar, identidade e participação cidadã de um país.

3.1.2 Cultura e Identidade Nacional

No que se refere a identidade cultural, Ennes e Marcon (2014, p. 276–289) defendem que a “identidade não deve ser concebida como algo estático ou essencializada, mas sim como um fenômeno social construído nas relações de poder, marcado por disputas, pertencimentos e contextos históricos.”

Para os autores, a identidade cultural se constitui por meio de fronteiras simbólicas e materiais que estão em constante negociação e ressignificação. E por outro lado a ideia de que a cultura não é algo estático ou fixo significa que ela é um processo dinâmico que sempre está em constante mudanças ou transformações ao longo do tempo, pelos vários fatores como: históricos, culturais e sociais que são vivenciados pelo indivíduo ao longo da sua vida. Não é uma essência fixa e permanente, mas sim, a identidade ela serve para construir, desconstruir e reconstruir de forma contínua refletindo a mudanças da sua própria percepção e do outro em vertentes diferentes, ou seja, em diferentes contextos.

A flexibilidade da identidade cultural é um processo que nos permite compreender que a identidade de um grupo ou de indivíduos não é estática, imutável ou fixa. Na realidade, trata-se de algo fluido e dinâmico, que pode mudar ao longo do tempo dependendo do contexto social. Essa característica permite a adaptação e a reconstrução das práticas sociais, bem como novas respostas e experiências decorrentes das interações com outras culturas e das mudanças sociais, como aquelas provocadas por migrações.

conforme Menezes (2014, p. 69–71) reforça essa perspectiva ao afirmar que a identidade é uma construção simbólica e social, relacionada a práticas discursivas, sistemas classificatórios e lógicas de exclusão. As duas abordagens convergem ao tratar a identidade cultural como algo fluido, relacional e situadas nas histórias que aconteceram ao longo de tempo, vinculado às experiências individuais e coletivas numa comunidade.

Essas experiências adquiridas pelo ser humano ao longo de seu percurso na sociedade, tanto de forma individual quanto coletiva, constituem o que chamamos de processo de construção da identidade cultural. Trata-se de um conjunto de identificações e reconhecimentos de si mesmo em relação aos outros dentro de uma sociedade.

A identidade nacional, por sua vez, constitui-se como um projeto político e social. Rovisco (2000), afirma que o Estado-nação promove um sentimento de pertença coletiva, operando através de uma lógica de inclusão e exclusão que demarca quem pertence ao “nós” e quem é visto como “outro”. Essa construção, porém, não é homogênea, pois dentro do espaço nacional coexistem múltiplas culturas e identidades locais. Assim, a identidade nacional resulta de negociações contínuas entre diversidade e unidade.

Na Guiné-Bissau, a formação da identidade nacional esteve diretamente associada à luta contra o colonialismo português. Segundo Insali e Paiva (2024), “a independência foi uma luta contra a dominação territorial, mas sobretudo contra a imposição dos valores culturais do colonizador”. Dessa forma, a cultura exerce um papel central como instrumento de resistência, possibilitando a valorização de práticas anteriores à colonização. Esse processo evidencia claramente a relação entre cultura e afirmação nacional. Tratou-se de um momento muito importante, no qual prevaleceu a união entre as diferentes etnias que compõem a Guiné-Bissau, pois o objetivo comum era libertar-se da imposição do domínio colonial, que não respeitava a vida humana nem os princípios da convivência humana.

Contudo, a identidade não se limita à esfera política; ela também está fortemente associada à responsabilidade do Estado de reconhecer e assumir as diversidades étnicas e culturais de um país, transformando-as em uma pertença comum. Além disso, a identidade é também subjetiva, pois envolve a maneira como os indivíduos se reconhecem e se vinculam à coletividade. Para Sangreman et al. (2023), a identidade nacional guineense pode ser observada a partir da importância atribuída às relações familiares, coletivas e sociais, revelando-se como um processo em aberto, ainda em consolidação. Isso demonstra que a identidade nacional é construída tanto por discursos oficiais quanto pelas experiências cotidianas.

No contexto da educação, a cultura se revela como uma poderosa ferramenta para a formação do cidadão, constituindo um espaço de transmissão de conhecimentos para as gerações vindouras. A educação é um elemento fundamental no processo de aprendizado, funcionando como meio de valorizar e preservar o patrimônio histórico-cultural do país.

Conforme Matos, Batista e Sousa (2024), a educação patrimonial permite que alunos, compreendam a relevância da memória coletiva, fortalecendo o sentimento de pertencimento e a valorização da identidade local. Ao trabalhar o patrimônio histórico, sejam prédios, festas tradicionais ou saberes tradicionais, promove-se não apenas o conhecimento das práticas culturais e tradicional, mas também incentiva a preservação dos valores culturais e monumento históricos.

Esse aspecto educativo está diretamente ligado à coesão social. Santos Silva, Azevedo e Fonseca (2011), destacam que valores compartilhados e a cidadania cultural constituem elementos fundamentais para o fortalecimento dos vínculos comunitários. A cultura, ao ser reconhecida como bem comum, atua como um eixo de unificação, mesmo em sociedades plurais e marcadas por tensões étnicas.

A coesão social é uma ferramenta capaz de promover a ordem e, associada à educação, pode ser entendida como um conjunto de regras e normas transmitidas de geração para geração, dos adultos para os jovens, de modo a garantir a manutenção da sociedade. Assim, ela depende do equilíbrio entre a diversidade e o sentimento de pertencimento coletivo.

A memória do passado tem papel essencial nesse processo, ela é responsável por manter vivos os simbólicos importantes que alimentam a identidade cultural e nacional de uma nação. De acordo com Reis e Pereira (2021), a ancestralidade africana nas festividades de Marabaixo no Amapá ressignifica símbolos religiosos e sociais, perpetuando tradições que ligam o

presente ao passado, esse exercício de memória fortalece a continuidade cultural e reforça os laços comunitários entre os indivíduos que pertencem a mesma comunidade.

No caso da Guiné-Bissau, Besna Mané (2022), argumenta que a luta de independência produziu uma unidade étnica e cultural que, posteriormente, enfrentou desafios diante do tribalismo e das disputas políticas. O autor ressalta que a identidade nacional não foi dada automaticamente pela independência, mas continua sendo construída em meio a conflitos e negociações. Esse dado reforça a ideia de identidade como processo em constante transformação.

A tradição oral, segundo Silva (2003), é um dos pilares na preservação da identidade étnica e cultural, especialmente em comunidades afrodescendentes. Por meio da palavra falada, transmitem-se saberes, crenças e experiências, que se tornam parte constitutiva da memória coletiva. Assim, a oralidade não apenas registra o passado, mas atualiza e ressignifica valores para novas gerações. É nesse movimento que a identidade se mantém viva ao longo de tempo.

Hall (1997, citado por Silva, 2003) acrescenta que a etnia é definida por características como língua, religião, costumes e sentimento de lugar. Esses elementos, ao serem compartilhados, reforçam vínculos identitários e oferecem bases para a constituição da identidade nacional. Nesse sentido, as tradições culturais não são apenas práticas do passado, mas instrumentos vivos que estruturam o presente e projetam o futuro.

A língua, nesse contexto, ganha destaque como um dos principais marcadores de identidade, por ser um sistema de signos, ou seja, de palavras compartilhadas por membros de uma mesma comunidade para se comunicarem de forma oral ou escrita. Além disso, a língua pode ser entendida como um código utilizado por um grupo de indivíduos de determinada comunidade para satisfazer suas necessidades e resolver seus problemas.

De acordo com Insali e Paiva (2024), lembram que a imposição do português no período colonial visava enfraquecer as línguas locais e, conseqüentemente, o sentimento de pertencimento das populações. Após a independência, a valorização das línguas nacionais tornou-se estratégia de resistência cultural e de reconstrução da identidade. Esse processo mostra como a linguagem é inseparável da formação de identidades.

Além disso, a cultura possibilita criar sentidos coletivos que extrapolam a esfera do Estado. Como destaca Rovisco (2000), no interior do Estado-nação coexistem múltiplas

identidades que resistem à homogeneização cultural. Assim, falar de identidade nacional implica reconhecer a pluralidade que a compõe. Esse reconhecimento é essencial para que a coesão social não seja baseada na exclusão, mas sim na valorização da diversidade.

Conforme afirma Conceição (2018), é fundamental para o fortalecimento do sentimento de pertencimento. Projetos educativos que integram tradições, valores e história local permitem que crianças e jovens se reconheçam como parte ativa de uma coletividade. Esse sentimento de pertencimento não só fortalece a identidade pessoal, mas também contribui para a consolidação da identidade nacional.

O patrimônio histórico-cultural desempenha papel semelhante, pois constitui um elo visível entre passado e presente. Matos, Batista e Souza (2024), destacam que edifícios, monumentos e tradições materializam a memória, permitindo que novas gerações compreendam suas raízes.

A preservação desses bens garante a continuidade simbólica da comunidade e fortalece o sentimento de pertencimento coletivo, no sentido mais amplo, englobando todas as práticas culturais e rituais tradicionais que pertencem às diversas etnias de um determinado território, ou seja, de um país. A partir do momento em que o Estado reconhece essas práticas, elas passam a constituir um patrimônio comum e coletivo para todos os cidadãos dessa nação.

Entretanto, como observa Besna Mané (2022), a diversidade cultural da Guiné-Bissau também se tornou fonte de disputas políticas. O tribalismo e as narrativas de pertencimento étnico foram mobilizados para fins eleitorais, fragilizando a coesão nacional. Essa realidade revela a ambivalência da identidade cultural: enquanto pode unir, também pode ser instrumentalizada para dividir.

De acordo com a fala do autor, percebe-se que os políticos se aproveitam das diversidades étnicas e culturais do país para dividir a população. Os líderes políticos utilizam o tribalismo como meio de criar instabilidade e separar as pessoas durante os períodos de campanhas eleitorais, momento em que cada líder recorre a mecanismos de tribalismo como estratégia para alcançar o poder. Isso fragiliza a unidade e a coesão nacional. Para reconhecer esse duplo sentido entre unir e dividir ao mesmo tempo é fundamental para compreender os desafios da construção nacional guineense.

No Brasil, as manifestações culturais afrodescendentes, como o Marabaixo, exemplificam como memória, religiosidade e tradição podem se articular na formação identitária, pois são elementos indispensáveis quando se trata da identidade cultural de um povo. Para Reis et al. (2021), observam que a performance desses rituais ressignifica corpos e mentalidades, prolongando a ancestralidade. Essa continuidade reforça que identidade cultural é também um ato de resistência frente às tentativas de apagamento histórico.

A memória corresponde à história coletiva compartilhada por uma sociedade ou por um grupo, incluindo diversos aspectos, como eventos importantes, passagens e lugares. A religiosidade, por sua vez, expressa essa memória por meio de práticas que se materializam em rituais e crenças, com o objetivo de buscar o sagrado e orientar os valores éticos que regulam a relação do ser humano com a sociedade. Já a tradição consiste no processo de transmissão dessas memórias e vínculos de geração em geração, por meio da oralidade ou da escrita, com o propósito de preservar doutrinas e saberes.

Na perspectiva da coesão social, Santos Silva et al. (2011), afirmam que a cultura deve ser compreendida como um bem partilhado que fomenta o diálogo intercultural. Esse diálogo permite que sociedades plurais construam consensos mínimos capazes de sustentar a convivência pacífica. A identidade nacional, nesse caso, torna-se resultado de uma negociação entre diferentes identidades culturais, e não de sua anulação.

Com base no que foi abordado pelos autores, percebe-se que a coesão social é o grau de unidade, integração e solidariedade que liga os membros de uma determinada sociedade, despertando neles o sentimento de pertencimento e fortalecendo a confiança mútua. Essa coesão possibilita uma colaboração eficaz entre os indivíduos, permitindo que trabalhem juntos em prol de objetivos comuns e contribuam para a harmonia social. Dessa forma, promove-se maior estabilidade e participação de todos os membros da comunidade.

A identidade nacional, portanto, só pode ser consolidada quando há reconhecimento das diferenças internas. Rovisco (2000), ressalta que a homogeneidade cultural promovida pelo Estado-nação precisa ser constantemente tensionada pela pluralidade real das comunidades. Essa tensão, longe de ser um problema, constitui a riqueza de sociedades multiculturais, como o Brasil e a Guiné-Bissau. É no diálogo entre diversidade e unidade que se fortalece a coesão.

O estudo da memória, tradição e língua revela que a identidade nacional é inseparável da identidade cultural. Como sintetiza Silva (2003), projetamos “a nós próprios” nas

identidades culturais, internalizando significados e valores que se tornam parte de nós. Dessa forma, a identidade não é apenas um conceito abstrato, mas uma experiência vivida cotidianamente, que conecta o indivíduo à coletividade e ambos à história.

Por fim, compreende-se que identidade cultural e identidade nacional não são conceitos opostos, mas complementares. A primeira fornece os elementos simbólicos, linguísticos e históricos que estruturam a vida coletiva; a segunda organiza esses elementos em um projeto político de pertença. Ambas se reforçam mutuamente quando pautadas pelo reconhecimento da diversidade, pela valorização da memória e pelo respeito às tradições. Assim, cultura, coesão e memória se revelam como os pilares da construção identitária contemporânea.

3.1.3. Políticas Culturais no Contexto Pós-Colonial

A independência dos países africanos marcou o início de um processo histórico de reconstrução de identidades nacionais. Nesse contexto, a cultura foi compreendida não apenas como expressão simbólica, mas como dimensão estratégica de desenvolvimento das nações africanas. De acordo com Djaló (2020), o patrimônio cultural e documental herdado do colonialismo e das lutas de libertação “marcou sobremaneira a história política, econômica, social e cultural do país” (DJALÓ, 2020, p. 4). Assim, a cultura surge como eixo de resistência e também como ferramenta de projeção do futuro, sendo capaz de fortalecer a coesão social e promover inclusão em sociedades fragmentadas por legados coloniais durante tempos que ocuparam o território.

Na Guiné-Bissau, a diversidade cultural é intensa, resultado da convivência de mais de vinte etnias e de uma ampla diáspora. Bucal e Machado (2022), destacam que o país possui “uma herança cultural bastante rica e diversificada, com uma pluralidade de ritmos, instrumentos musicais, danças e manifestações culturais” (BUCAL; MACHADO, 2022, p. 361). Esse mosaico cultural, se por um lado é fonte de riqueza identitária da Guiné-Bissau, por outro demanda políticas culturais que saibam valorizar a diferença sem abrir espaço para exclusões de nenhuma prática cultural do país.

O desafio das nações africanas, portanto, é conciliar diversidade e unidade em torno de um projeto nacional comum. Outro desafio está nos legados históricos da colonização e do tráfico negreiro, que, ao longo do tempo, uniram ou dividiram grupos culturais e étnicos no continente. Essa situação gerou conflitos étnicos e políticos que, de certo modo, dificultaram a construção e a harmonização de uma identidade nacional sólida e unificada.

Ao observar Cabo Verde, percebe-se como a cultura foi incorporada como motor do desenvolvimento. O arquipélago apostou na valorização da música, literatura e língua crioula como elementos de afirmação identitária e diplomacia cultural. Para Monteiro (2013), ao refletir sobre etnicidade e identidade nacional, a cultura serviu de pilar para a construção do Estado cabo-verdiano, articulando unidade nacional e diversidade (apud ATÉ, 2025). Essa experiência mostra como políticas culturais consistentes podem reforçar a presença internacional de um país de pequeno porte, transformando a cultura em ativo estratégico.

Em Moçambique, a situação cultural seguiu de uma trajetória distinta, marcada por tensões étnicas e políticas vivida no país. Segundo Bussotti e Nhauelque (2022), explicam que, após a independência, vigorou a lógica de “matar a tribo para fazer a nação” (BUSSOTTI; NHAUELEQUE, 2022, p. 151). Essa política de apagamento étnico buscava forjar uma unidade nacional homogênea, mas acabou marginalizando povos como os Amakhuwa, o maior grupo populacional do país. O resultado foi a criação de uma nação formalmente unificada, mas culturalmente desigual, com maior destaque para expressões artísticas do Sul e do Norte em detrimento de outras tradições.

Segundo Sousa, Khan e Pereira (2022), no contexto angolano, a cultura foi também utilizada como instrumento político e simbólico durante processo de luta de libertação: “os movimentos de libertação, como o MPLA em Angola, construíram narrativas oficiais que exaltavam epopeias, heróis e mártires da luta contra o colonialismo, estabelecendo assim um modelo de identidade nacional fortemente ancorado na memória da guerra”.

A luta armada e as lembranças da guerra influenciaram bastante as histórias da cultura, ajudando a formar uma identidade nacional ligada à experiência da revolução da sua história. Nesse contexto, a música popular de Angola e a literatura tiveram um papel muito importante no tange na formação de uma consciência coletiva, mesmo com as diferenças e tensões entre grupos e regiões diferentes. Mesmo assim a experiência angolana mostra como a cultura pode ser marcada por diversos fatores como conflitos políticos e militares, mas mesmo assim consegue servir como uma base para unir o país.

A Guiné-Bissau, comparada a esses países, apresenta especificidades ligadas à fragilidade institucional. Bucal (2023), enfatiza que “a relação entre o Estado e a Cultura é complexa e multifacetada, influenciada por diversos fatores históricos, políticos e sociais” (BUCAL, 2023, p. 7). Desde a independência, marcada pela liderança do Partido Africano da

Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), o país tentou associar a cultura ao projeto revolucionário. Contudo, a instabilidade política e os sucessivos golpes de Estado enfraqueceram o setor cultural, deixando-o refém de oscilações conjunturais e da ausência de continuidade nas políticas públicas.

O outro ponto crucial é a influência da herança colonial portuguesa. Segundo Mbundé (2021), o colonialismo produziu uma elite subalternizada guineenses que, mesmo após a independência, manteve práticas de exclusão e reprodução da desigualdade social. Essa elite, formada por assimilados, perpetuou a lógica colonial ao assumir posições de destaque no Estado, dificultando a democratização do acesso à cultura e o reconhecimento de expressões populares como elementos centrais da identidade nacional.

O impacto da colonização portuguesa também se manifesta na própria configuração linguística. Embora o crioulo seja a língua de maior circulação, o português foi mantido como língua oficial e de ensino. Isso reflete a dificuldade de descolonização cultural plena. Conforme Mbundé (2021), a língua portuguesa é falada por uma parcela menor da população guineense, mas é a língua de ensino e de comunicação em fóruns internacionais. Assim, a política cultural guineense continua a conviver com tensões entre práticas culturais endógenas e estruturas herdadas da dominação colonial.

A preservação do patrimônio histórico-documental é outro desafio fundamental. Djaló (2020), denuncia que os acervos documentais guineenses estão em “deficientes condições, fruto sobretudo de múltiplas vicissitudes decorrentes das sucessivas crises sociais, políticas e militar ao longo de tempo na sociedade guineense. Essa precariedade fragiliza a memória coletiva e limita o uso da cultura como recurso estratégico para o desenvolvimento. Sem políticas consistentes de preservação, o risco é que se perca a materialidade da história, comprometendo a transmissão de valores culturais para as gerações futuras.

A cultura, entretanto, não pode ser vista apenas como herança do passado. Para Nanque (2024), a educação pós-colonial desempenhou papel decisivo na reconstrução da identidade nacional, promovendo a reafrikanização das mentes dos homens guineenses concertantes cultura. Inspirado em Paulo Freire, o autor mostra como a cultura e a educação caminham juntas, estimulando pensamento crítico e fortalecendo a coesão social. Nesse sentido, políticas culturais e educacionais precisam dialogar, de modo a consolidar uma cidadania ativa e consciente.

O caso da repatriação cultural também ilustra como as relações internacionais influenciam as políticas culturais africanas. Hama (2021), observa que a devolução de bens culturais saqueados na colonização constitui a justiça de restauração e reparação, potencializando um desenvolvimento nas relações entre os países do continente africano. Para a Guiné-Bissau, a recuperação de acervos históricos e artísticos é fundamental para reconstruir sua memória coletiva e afirmar sua soberania cultural diante da comunidade internacional.

A comparação com Cabo Verde mostra que políticas consistentes podem transformar a cultura em ativo diplomático. No arquipélago, a música morna foi inscrita na lista do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO, reforçando a identidade nacional e projetando o país globalmente. Isso demonstra que, quando a cultura é valorizada como recurso estratégico, ela contribui para o turismo, a economia criativa e o fortalecimento da autoestima nacional, além de consolidar a imagem do país no cenário internacional.

Moçambique, por outro lado, evidencia os riscos de políticas culturais que desconsideram a pluralidade. A marginalização dos Amakhuwa demonstra que a exclusão de grupos culturais pode gerar tensões sociais duradouras. Para Bussotti e Nhaueleque (2022), esse processo foi um programa político pensado e implementado desde a luta de libertação e que continuou, com adaptações, até hoje discriminando uma parte da população desse país, isso reforça que políticas culturais devem promover inclusão, e não homogeneização forçada.

Na Guiné-Bissau, as tentativas de construção de uma política cultural nacional esbarram em limitações estruturais. A III Conferência Nacional da Cultura (2015) foi um marco nesse processo, mas, segundo Bucal e Machado (2022), a persistência de instabilidade política e institucional dificultou na gestão econômica do país, dificultaram a implementação de estratégias de longo prazo. Assim, mesmo havendo iniciativas, o cenário de fragilidade política comprometeu avanços significativos do desenvolvimento do cenário culturais da nação guineense.

A herança colonial, portanto, não é apenas memória, mas condiciona práticas institucionais contemporâneas. A divisão entre assimilados e não assimilados, os padrões linguísticos e a lógica de centralização cultural continuam a influenciar o presente. Como aponta Mbundé (2021), a independência não foi suficiente para eliminar as heranças coloniais como mecanismo de produção da desigualdade social, pois já foi enraizado a divisão da classe dentro da sociedade, os assimilados como os mais importantes e, os não assimilado cujo os

direitos foram desrespeitados. A descolonização cultural exige, portanto, políticas estruturadas que valorizem saberes locais e democratizem o acesso aos bens culturais.

A construção de políticas culturais inclusivas na Guiné-Bissau deve também considerar o papel da sociedade civil. Grupos culturais juvenis, coletivos artísticos e organizações não governamentais têm desempenhado papel ativo na promoção da diversidade cultural. Para Bucal e Machado (2022), destacaram que desde o início dos anos 2000, observa-se a evolução e o desenvolvimento de dezenas de coletivos e grupos culturais juvenis nomeadamente (grupo cultural Netos de Bandim) essas iniciativas mostram que a vitalidade cultural do país está mais nas práticas comunitárias do que nas estruturas estatais.

No entanto, a ausência de políticas de financiamento cultural limita a continuidade desses projetos. Bucal (2023), evidencia que a oscilação do orçamento destinado à cultura entre 1994 e 2020 comprometeu a capacidade do Estado em apoiar iniciativas voltadas para políticas culturais de base. Isso demonstra que a cultura ainda não ocupa posição estratégica no planejamento do desenvolvimento nacional, sendo frequentemente marginalizada diante de outras prioridades governamentais.

Apesar das dificuldades, a cultura permanece como espaço de resistência e de afirmação da identidade guineense. A literatura, a música e a tradição oral continuam a desempenhar papel essencial na preservação da memória e na crítica social. Como sublinha Djaló (2020), a tradição oral foi um desafio identitário na construção seletiva da memória comum. Essa memória oral ressignifica o passado e mantém vivas as cosmologias africanas, mesmo diante das pressões coloniais e pós-coloniais.

Por fim, compreender a cultura como dimensão estratégica implica reconhecer que o desenvolvimento africano não se faz apenas com políticas econômicas e sociais, mas também com valorização simbólica. A experiência da Guiné-Bissau, em diálogo com Cabo Verde, Moçambique e Angola, mostra que a cultura pode ser fonte de coesão, inclusão e projeção internacional. Contudo, para isso, é necessário superar a herança colonial, investir na preservação do patrimônio, apoiar iniciativas comunitárias e garantir a continuidade institucional das políticas culturais.

3.1.4 Estado, Sociedade e Produção Cultural na Guiné-Bissau

O papel do Estado na formulação e implementação de políticas culturais assume relevância decisiva na construção das identidades nacionais e regionais. Historicamente, observa-se que a intervenção estatal nas culturas populares esteve vinculada tanto a estratégias de controle social quanto à valorização simbólica de tradições.

Para Queiroz e Carmo (2018, p. 86), as práticas musicais vinculadas à cultura popular revelam-se como “espaços de negociação, ressignificação e adaptação das manifestações culturais à dinâmica do mundo atual”. Isso indica que as políticas culturais, ao invés de simples normatizações, funcionam como arenas de disputas simbólicas nas quais se definem quais expressões ganham legitimidade e visibilidade. Nesse sentido, a cultura é atravessada por interesses políticos e sociais, tornando-se elemento essencial na formulação de políticas públicas que visam não apenas a preservação, mas também a dinamização e a circulação de bens culturais.

O Estado, ao formular políticas culturais, precisa equilibrar o respeito às tradições com a promoção de novos espaços de criação. Essa tensão já foi observada em diferentes contextos, como apontam Leal e Leal (2012), ao destacar que as políticas públicas no Brasil foram historicamente motivadas pela preocupação com a construção da identidade do país. Tal perspectiva evidencia como a cultura foi constantemente instrumentalizada como recurso estratégico para afirmar unidade política e coesão social.

Entretanto, a formulação de tais políticas não ocorre de forma neutra: ela reflete correlações de forças e interesses hegemônicos, ao mesmo tempo em que abre brechas para a resistência e a reafirmação de identidades coletivas. Assim, a ação do Estado, mesmo quando orientada por objetivos de desenvolvimento, é tensionada pelas práticas populares que reivindicam seu lugar na esfera pública.

Na Guiné-Bissau, o papel do Estado na construção de políticas culturais se associa fortemente ao processo de libertação nacional. Como enfatiza Aponto Té (2016, p. 45), a música e a mídia tiveram papel fundamental na “formação da identidade nacional durante a luta armada e a independência”. A institucionalização da cultura como política de Estado esteve profundamente imbricada na valorização da música como ferramenta de mobilização popular e de consolidação da unidade nacional.

Esse exemplo mostra como, em contextos de descolonização, o estado utilizou-se das expressões artísticas para reforçar um sentimento de pertencimento coletivo, ao mesmo tempo em que legitimava sua própria existência política. Assim, percebe-se que a política cultural, mais do que um setor administrativo, é um campo de afirmação identitária e de resistência frente às pressões externas e internas.

A experiência cabo-verdiana também ilustra como a política externa se transforma em política cultural voltada para o desenvolvimento. Segundo Mesquita e Silva (2019), a diplomacia de Cabo Verde entre 2001 e 2011 constituiu-se como uma ferramenta necessária para a produção de desenvolvimento daquela nação, incorporando a cultura como eixo estratégico de inserção internacional.

Isso demonstra que, para pequenos Estados, as políticas culturais não se restringem ao âmbito interno, mas dialogam com a projeção internacional, buscando reconhecimento e cooperação. Nessa perspectiva, o papel do Estado transcende a simples preservação das tradições: ele envolve também a construção de uma narrativa identitária que possa circular no cenário global, ampliando a visibilidade cultural e fortalecendo laços diplomáticos.

As expressões artísticas, como a música, a dança, a literatura e a oralidade, configuram-se como instrumentos centrais de resistência cultural e afirmação identitária. No Brasil, as manifestações populares revelam estratégias de sobrevivência e de reivindicação de reconhecimento. Pereira (2024), destaca que, mesmo em ambientes marcados pela repressão, como o sistema socioeducativo, a arte sempre se torna um espaço de criação, resistência e valorização das identidades dos adolescentes em cumprimento de medidas da sociedade. Esse exemplo demonstra como as práticas culturais não apenas revelam modos de vida, mas funcionam como mecanismos de resistência contra estigmas e marginalizações. Ao serem apropriadas por sujeitos historicamente subalternizados, as artes reforçam sentidos de pertencimento e possibilitam a reconstrução de narrativas identitárias que desafiam padrões dominantes.

Na Guiné-Bissau, o carnaval constitui uma das maiores expressões culturais e desempenha papel fundamental na cristalização da identidade nacional. Segundo Focna (2023), afirma que o carnaval é “um espaço onde diferentes grupos étnicos guineenses conseguem se expressar e reforçar o slogan da unidade na diversidade cultural e coesão nacional.

Essa celebração exemplifica como as práticas culturais coletivas não apenas reproduzem tradições, mas também criam novos significados que consolidam a ideia de nação. O carnaval guineense, ao reunir diferentes manifestações, fortalece o sentimento de guineendadi, funcionando como arena de diálogo entre etnias e como instrumento de resistência simbólica contra divisões internas. Dessa forma, fica evidente como expressões artísticas coletivas atuam como elemento unificador e político, fundamental para a identidade do país.

A literatura, por sua vez, também desempenha papel essencial no processo de resistência cultural. Ndombele (2025), destaca que o pensamento e a produção literária de Amílcar Cabral constituíram-se como meio de tomada de consciência, ou seja, despertou atenção da sociedade para a reivindicar a independência como forma de ter a sua própria liberdade. Nesse sentido, a literatura guineense não se limitou à estética, mas assumiu um caráter combativo, orientado para a construção da identidade nacional.

A poesia de Cabral, ao expressar dimensões líricas e militantes, exemplifica como a produção literária pode articular memória, resistência e utopia, tornando-se um instrumento de mobilização política. Essa função da literatura mostra a profundidade das expressões culturais, que, além de refletirem contextos sociais, também contribuem ativamente para transformá-los.

No campo da educação, Moreira (2023), ressalta a importância do ensino de literatura e música popular para jovens de periferia, pois esses elementos influenciam diretamente no seu dia a dia, na formação cultural e identitária do sujeito, ou seja, pessoas das periferias na atualidade. Esse exemplo evidencia como a inserção da cultura popular em espaços formais de ensino funciona como estratégia de valorização de saberes e resistências. Ao promover o encontro entre literatura, música e juventude, a escola pode contribuir para a afirmação identitária de grupos marginalizados, mostrando que as expressões culturais não pertencem apenas ao passado, mas são recursos vivos para a transformação social. Desse modo, a arte se consolida como caminho pedagógico e político de afirmação de direitos.

A oralidade, por sua vez, é um dos elementos mais significativos na construção e preservação das culturas africanas e afro-diaspóricas. Aponto Té (2016), evidencia como as narrativas orais transmitidas por rádios comunitárias na Guiné-Bissau foram fundamentais para reforçar a resistência, da memória coletiva e consolidar da identidade nacional no período pós-independência.

Essa prática mostra que a oralidade não é apenas uma forma de comunicação, mas um instrumento político de resistência e continuidade histórica. Por meio dela, valores culturais e sociais são transmitidos entre gerações, assegurando que a identidade não seja perdida diante das transformações globais. Assim, a oralidade deve ser reconhecida como patrimônio cultural imaterial que desafia o esquecimento e promove a resiliência coletiva.

O diálogo entre políticas culturais formais e práticas culturais populares revela uma relação marcada por tensões e complementaridades. Queiroz e Carmo (2018), destacam que, no caso de Januária, as inter-relações entre políticas culturais e práticas musicais dos Ternos de Reis se caracterizam na criação e definição de espaços culturais de uma nação.

Esse dado mostra que, quando há abertura institucional, as práticas comunitárias podem encontrar reconhecimento e espaço nas políticas públicas, ainda que em meio a negociações e adaptações. Esse processo não elimina as contradições, mas evidencia a capacidade das culturas populares de se inserirem em cenários institucionais, preservando seus valores e ampliando sua circulação. Assim, as políticas formais podem funcionar como mediadoras, desde que respeitem a autonomia dos grupos culturais.

A relação entre políticas culturais institucionais e práticas comunitárias é também marcada por conflitos, especialmente quando o Estado busca enquadrar expressões populares em moldes burocráticos. Santos (2007), aponta que, em países como Brasil e Espanha, o contato entre tradições populares e a esfera racional econômico-administrativa moderna gerou processos de ressignificação cultural muito grande para o seu enquadramento contemporânea.

Isso significa que, embora a formalização de políticas tenha possibilitado maior financiamento e visibilidade, também impôs padrões que nem sempre correspondem às lógicas locais das comunidades. Nesse sentido, é fundamental que o Estado atue como facilitador e não como controlador das práticas culturais, evitando reduzir a diversidade a categorias simplificadas ou a produtos turísticos.

Ao mesmo tempo, as comunidades populares demonstram agência ao negociar com as instituições estatais. Leal e Leal (2012), destacam que os “fazedores de cultura, ou seja, as pessoas envolvidas a cultura, se colocam como protagonistas na gestão de suas tradições, reivindicando não apenas reconhecimento, mas também participação ativa nos processos decisórios.

Esse protagonismo revela que a cultura não pode ser vista como objeto passivo de políticas públicas, mas como campo de ação onde sujeitos constroem e reconstróem significados. Assim, o diálogo entre políticas culturais formais e práticas comunitárias se dá em um movimento de mão dupla, no qual tanto o Estado influencia os grupos culturais quanto é transformado pelas demandas que emergem desses mesmos grupos.

Na perspectiva da identidade nacional, as práticas culturais adquirem valor simbólico que ultrapassa sua dimensão local. Como observa Focna (2023), o carnaval guineense não apenas reforça a guineendadi, mas também projeta a imagem do país internacionalmente, tornando-se vitrine de sua diversidade cultural. Esse processo mostra que a inserção das manifestações populares em políticas culturais institucionais pode ampliar seu alcance, ao mesmo tempo em que reafirma sua importância para a coesão interna. Contudo, é necessário cautela para que essa visibilidade não esvazie os significados originais das práticas, culturais transformando-as em meros espetáculos para consumo externo. O desafio está em equilibrar manter a valorização e preservação das tradições culturais.

As experiências de resistência cultural também demonstram que as expressões artísticas podem operar como ferramentas pedagógicas. Pereira (2024), exemplifica como programas culturais em unidades socioeducativas no Rio de Janeiro funcionam para acabar com a estigmas e criar novas identidade para adolescentes que não tinham a liberdade. Ao incluir práticas como música, teatro e artes visuais, esses programas ampliam o horizonte dos jovens e lhes permitem construir narrativas positivas sobre si mesmos. Assim, a política cultural, quando voltada para populações vulneráveis, deixa de ser apenas um instrumento de promoção simbólica e passa a integrar políticas sociais de caráter emancipatório.

A articulação entre música e política é outro exemplo relevante. Aponto Té (2016, p. 68) ressalta que, durante a luta pela independência da Guiné-Bissau, canções revolucionárias transmitidas por rádios clandestinas reforçaram a moral dos combatentes e da população civil. Esse dado mostra como a música não se limita ao campo estético, mas também mobiliza afetos, valores e identidades. No Brasil, fenômeno semelhante pode ser observado nas rodas de samba e no hip-hop, onde a arte se torna meio de denúncia social e afirmação das periferias. Portanto, tanto em contextos africanos quanto latino-americanos, a música revela-se um poderoso veículo de resistência política e cultural.

A literatura, por sua vez, carrega a capacidade de registrar memórias e projetar utopias. Ndombele (2025), afirma que a poesia de Amílcar Cabral, servia como espaço de privilégio e da revelação pragmática dos sonhos do homem. Esse testemunho literário contribui para consolidar identidades ao mesmo tempo em que inspira novas gerações a lutar por transformações sociais. De modo semelhante, no Brasil, a literatura marginal e periférica tem se consolidado como voz de grupos historicamente silenciados, transformando a palavra escrita em instrumento de resistência. Em ambos os casos, a literatura confirma sua potência política como mediadora entre memória coletiva e reinvenção cultural.

A oralidade, como patrimônio imaterial, apresenta-se como canal de transmissão de valores identitários e de resistência. Leal e Leal (2012), ressaltam que os discursos e narrativas populares de qualquer sociedade, ou seja, comunidade desempenham um papel fundamental na afirmação de identidades locais. Na Guiné-Bissau, contos, provérbios e lendas continuam sendo transmitidos entre gerações, preservando cosmovisões próprias e resistindo ao apagamento cultural imposto pelo colonialismo. Essa dimensão oral, muitas vezes invisibilizada pelas políticas estatais, deve ser incorporada às estratégias de preservação cultural, garantindo não apenas a conservação de práticas, mas também a continuidade de saberes que sustentam identidades comunitárias.

O reconhecimento da cultura como política pública exige também uma visão crítica sobre financiamento e acesso. Para Santos (2007), observa que programas de incentivo, como na Bahia e na Catalunha, buscaram harmonizar os caminhos estratégicos para o desenvolvimento socioeconômico que também valorizam as tradições populares. Contudo, persistem desigualdades no acesso aos recursos, favorecendo grupos mais organizados e marginalizando expressões culturais periféricas. Esse desafio aponta para a necessidade de políticas mais inclusivas e participativas, que considerem as diferentes condições materiais e organizacionais dos grupos culturais, evitando reproduzir desigualdades já existentes.

No Brasil, o legado da Semana de Arte Moderna de 1922 e das políticas varguistas evidencia que o Estado frequentemente buscou instrumentalizar a cultura como recurso político. Leal e Leal (2012), lembram que a construção da identidade nacional foi um dos principais motivadores das gestões culturais, refletindo tanto desejos de modernização quanto tentativas de homogeneização. Hoje, contudo, observa-se maior reconhecimento da diversidade cultural e do patrimônio imaterial, o que representa avanço no diálogo entre práticas formais e populares. Ainda assim, permanece o desafio de superar visões

centralizadoras e de ampliar a participação comunitária nos processos de formulação de políticas.

No que tange, o papel do Estado na formulação e implementação de políticas culturais só pode ser compreendido em diálogo constante com as expressões artísticas e comunitárias. Para Queiroz e Carmo (2018), ressaltam que a música e a cultura são impactadas pelas dinâmicas das demais dimensões culturais, assim como impacta decisivamente tais dimensões do processo contínuo de formação e manutenção da transformação da comunidade cultural.

Essa reciprocidade mostra que cultura e política não podem ser dissociadas: elas se alimentam mutuamente, em processos de disputa, resistência e resignificação. Dessa forma, as políticas culturais devem ser concebidas não apenas como instrumentos administrativos, mas como práticas sociais que reconhecem, valorizam e potencializam a diversidade, contribuindo para a afirmação identitária e para o fortalecimento democrático.

3.1.5 Desafios e Perspectivas para a Gestão Pública no Âmbito das Políticas Culturais

A gestão pública enfrenta desafios complexos quando se trata de implementar e desenvolver políticas culturais. É preciso, ao mesmo tempo, consolidar a diversidade cultural, democratizar o acesso e garantir uma gestão eficiente dos recursos humanos e financeiros. Essa missão passa pelo fortalecimento do interculturalismo, com o objetivo de envolver a sociedade no uso e na valorização da cultura como um direito.

No cenário atual, marcado por mudanças sociais, globalização e por uma população cada vez mais exigente quanto à participação e transparência, às políticas culturais assumem um papel essencial. Como destacam Nunes e Caffé Filho (2019), cabe à gestão pública priorizar a eficiência, a boa governança, a inovação e a accountability, sem abrir mão de assegurar os direitos sociais e culturais previstos na Constituição. Nesse sentido, a política cultural não é apenas um conjunto de ações pontuais, mas uma ferramenta que garante cidadania cultural.

Entretanto, essa construção não ocorreu sem obstáculos, as políticas culturais no Brasil foram fortemente impactadas pelo neoliberalismo, que reduziu o papel do Estado e transferiu grande parte das decisões para o mercado, principalmente por meio das leis de incentivo. Esse modelo, embora tenha ampliado algumas oportunidades, também gerou concentração de recursos e ausência de contrapartidas sociais, revelando um dos maiores desafios da gestão

pública: equilibrar a atuação do Estado, do mercado e da sociedade civil na construção de políticas culturais democráticas (RUBIM, 2011).

A esses problemas soma-se um fator histórico: a falta de políticas culturais estruturadas e a descontinuidade administrativa. Como aponta a ponta o autor que, a cada troca de gestão, muitas ações anteriores são ignoradas, o que compromete a eficácia e a permanência das políticas culturais. Além disso, a escassez de recursos financeiros continua sendo um grande obstáculo para transformar o direito à cultura, previsto na Constituição, em realidade concreta (CALABRE, 2009).

Percebe-se que as políticas públicas não estruturadas e a descontinuação do processo administrativa na gestão pública e conseqüentemente quedas de governo mudanças de gestores públicos muita das vezes provoca cancelamento, ou seja, a não cumprimento dos planos anteriores, o que de certo modo dificulta eficácia e eficiência das políticas culturais públicas. Por outro lado, seria muito importante destacar a falta de recursos financeiros como sendo um dos grandes obstáculos para o avanço e transformação da cultura.

Apesar disso, alguns avanços importantes merecem destaque. A criação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), em 2010, representou um marco na tentativa de integrar União, Estados e Municípios em um modelo cooperativo e participativo, fundamentado na descentralização e na valorização da diversidade cultural. No entanto, ainda é frágil o controle social dessas políticas, o que exige práticas mais inovadoras e participativas para evitar que sejam capturadas por grupos privilegiados COSTA (2019).

Sob essa perspectiva, destaca-se a relevância da criação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), cuja finalidade consiste em integrar as três esferas federativas União, Estados e Municípios em um esforço colaborativo voltado à descentralização das políticas culturais. Nesse contexto, a fragilidade do controle social sobre as políticas públicas evidencia a necessidade de adoção de práticas mais inovadoras e participativas, capazes de assegurar que tais políticas não permaneçam restritas a grupos privilegiados, mas atendam efetivamente à coletividade. Em outras palavras, os mecanismos atualmente existentes de fiscalização e participação popular mostram-se insuficientes para coibir a predominância de interesses particulares na formulação e execução de políticas que, por princípio, deveriam estar orientadas ao interesse público.

interdisciplinares e habilidades técnicas específicas para o planejamento, a execução e a avaliação das políticas. Nesse contexto, a participação social assume um papel central: quanto mais as políticas culturais forem pactuadas com a sociedade civil, maior será sua legitimidade e efetividade (CALABRE, 2009).

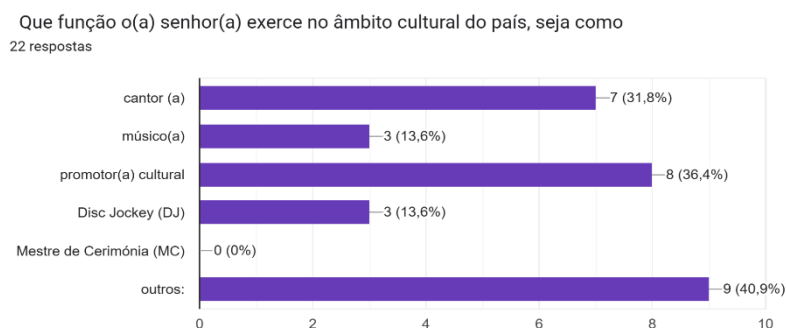
Por fim, é preciso compreender que políticas culturais vão muito além da promoção de eventos ou da preservação do patrimônio histórico. Elas devem garantir o acesso à diversidade, à criatividade e ao pleno exercício dos direitos culturais. Para isso, é indispensável pensar em políticas de longo prazo que reconheçam a diversidade cultural como um projeto político e enfrentem as desigualdades históricas no acesso à cultura (COSTA, 2019).

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A discussão e análise dos dados da entrevista de questionário se deu em considerar 22 amostras das respostas obtidas de pessoas ligadas ao mundo de cultura musical, poesia, escritores, promotor cultural, disc jockey e múltiplas funções na área cultural: dançarinos/as, poetas, escritores/e desenhistas e declamadores.

Na base dessas amostras, temos 7 cantores, 3 músicos, 8 promotores culturais, 3 disc jockey djs e 9 pessoas incluindo dançarinos, escritores, estudantes ou pessoas de multifunções: dança, canta, escreve, desenha e declamadores.

Gráfico 1 – Ocupação dos Respondentes

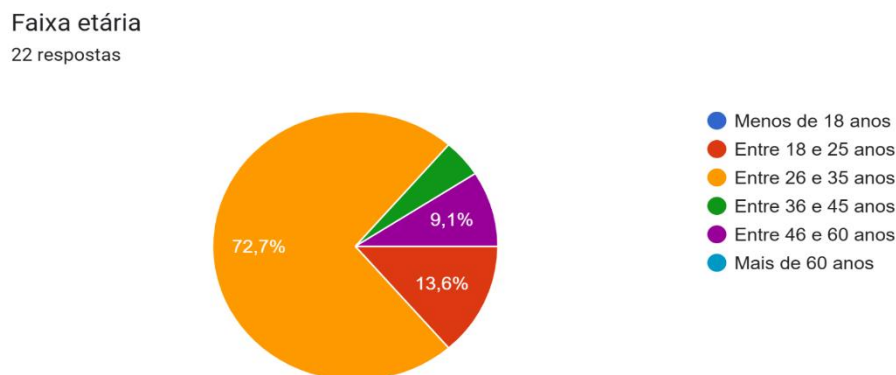


Fonte: Elaborado pelo autor

Na base dessas amostras, temos 31,8% cantores, 13,6% músicos, 36,4% de promotores culturais, 13,6% de disc jockey e, 40,9% representam os dançarinos, escritores, estudantes ou pessoal de múltiplas funções: dança, canta, escreve, desenha e declama.

Da faixa etária majoritária de idade, temos entre 26 e 35 anos dezesseis (16) pessoas; entre 18 e 25 anos participaram três (3) entrevistados; entre 40 e 60 anos temos dois (2) elementos e, 36 a 45 tem um (1) participante.

Gráfico 2 – Faixa etária dos Respondentes



Fonte: Elaborado pelo autor

Da faixa etária majoritária de idade temos entre 26 e 35 anos representam 72,7%; entre 18 e 25 anos representam 13,6%; entre 46 e 60 anos representam 9,1%. Do total de pessoas entrevistadas, 61,18% residem no Brasil, 9,9% residem em Portugal, 9,9% residem em Bissau e 4,54% residem na Rússia. Do total de 22 pessoas entrevistadas, 16 residem no Brasil, duas (2) residem em Portugal, duas (2) residem em Bissau e um (1) reside na Rússia.

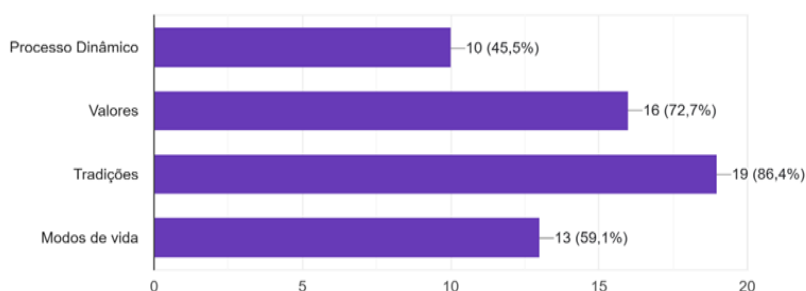
4.1 IDENTIDADE

As perguntas que constituem o instrumental do questionário são. Para entender o como é entendido a cultura na identidade guineense se questionou: Como você define a identidade cultural da Guiné-Bissau? Lembrando que de acordo com Reis, Maciel e Pereira (2021), a identidade cultural se constrói a partir de elementos históricos, culturais e religiosos, sendo reforçada por práticas de oralidade e ancestralidade que conferem sentido de continuidade.

Gráfico 3 – Identidade cultural da Guiné-Bissau

1. Como você define a identidade cultural da Guiné-Bissau? (escolha até 4 opções)

22 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor

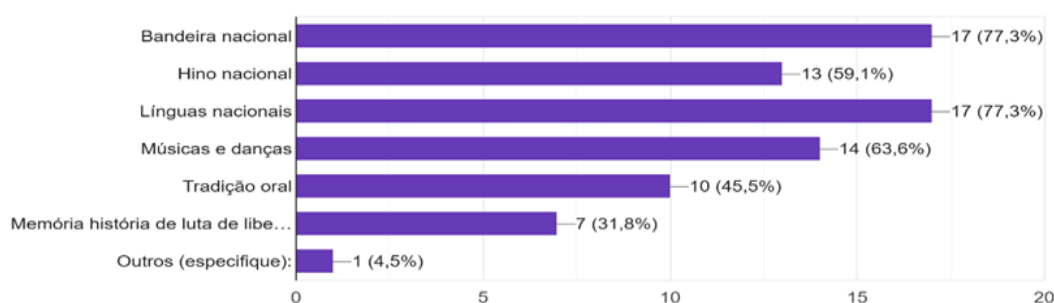
No entanto, 86,4% afirmaram que a identidade cultural pode ser definida como tradições, 72,7% afirmaram que a identidade cultural da Guiné-Bissau são valores, sendo que 59,1% responderam que a identidade cultural pode ser definida como, modos de vida e 45,5% destacaram a identidade cultural como processo dinâmico.

Por outro lado, relativamente aos elementos que mais representam a identidade nacional, Rovisco (2000), aponta que o Estado-nação promove um sentimento de pertença coletiva, operando através de uma lógica de inclusão e exclusão que demarca quem pertence ao “nós” e quem é visto como “outro”.

Gráfico 4 – Identidade nacional guineense

2. Na sua opinião, quais elementos mais representam a identidade nacional guineense? (escolha opções)

22 respostas

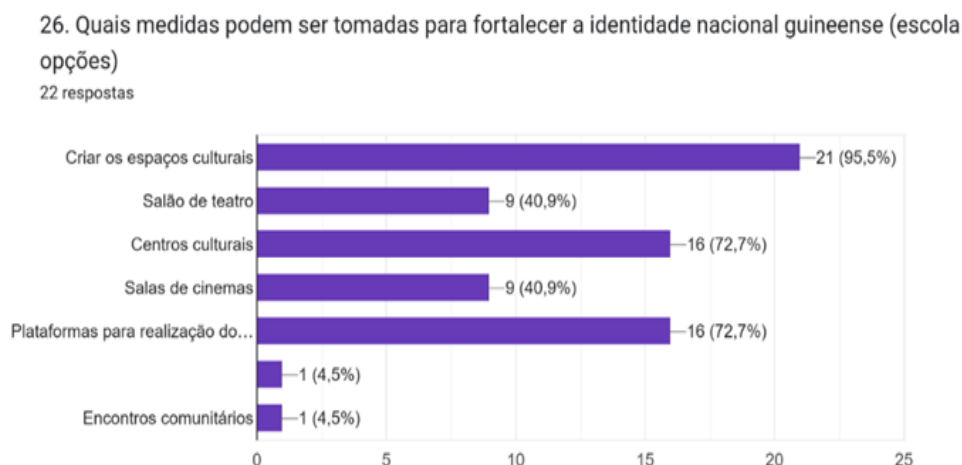


Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com as respostas obtidas, 77,3% dos participantes destacaram a bandeira nacional, em seguida outro elemento que mais representa a identidade nacional, 77,3% das pessoas apontaram as nossas línguas nacionais, 63,6% responderam que as músicas e danças

também são elementos da identidade nacional, 59,1% responderam o hino nacional como sendo um dos elementos mais representativo da identidade nacional, 45,5% falaram a tradição oral, 31,8% destacaram memória histórica de luta da libertação nacional e, 4,5% dos que fizeram parte do processo da pesquisa afirmaram que existem outros elementos que também destacam a identidade nacional guineense

Gráfico 5 – Medidas da identidade nacional



Fonte: Elaborado pelo autor

A identidade é a representação de um povo, pois revela quem realmente somos em relação às outras culturas. Este trabalho buscou refletir sobre as medidas que podem ser adotadas para manter e fortalecer essa identidade. Para isso, foi feita a seguinte pergunta: “Quais medidas podem ser tomadas para fortalecer a identidade nacional guineense?”

De acordo com as respostas obtidas na pesquisa, 95,5% dos participantes afirmaram que a principal medida a ser adotada é a criação de espaços culturais; 72,7% mencionaram a implantação de centros culturais; 72,7% também destacaram a importância de plataformas para realização de eventos; 40,9% apontaram a necessidade de salas de cinema; 40,9% indicaram a criação de salões de teatro; e 4,5% sugeriram a realização de encontros comunitários.

No que diz respeito aos conselhos destinados às novas gerações sobre a importância da cultura e da identidade nacional, foi colocada aos participantes a seguinte pergunta: “Que mensagem você deixaria para as futuras gerações sobre a importância da cultura e da identidade nacional?” A seguir, apresentam-se algumas das mensagens deixadas pelos participantes:

A) A cultura é a alma de um povo. Preserve-a, valorize-a e transmita-a às gerações futuras. A identidade nacional é o que nos une e nos fortalece. A Guiné-Bissau, um país com uma rica herança cultural, deve continuar a celebrar e proteger sua história, suas tradições e sua diversidade.

B) A vossa cultura é a vossa raiz e a vossa identidade. Conheçam profundamente a vossa história, vivam as vossas tradições e celebrem a vossa diversidade. É a herança dos vossos antepassados que vos dá a força para construir um futuro autêntico. Nunca se esqueçam de quem são.

C) É necessário voltar atrás e procurar conhecer as nossas raízes culturais e étnicas, aproveitar os ensinamentos culturais nas escolas e universidades do país e respeitar as diferenças étnicas-culturais.

D) Respeitem e valorizem a cultura, pois é ela que nos identifica como povo. A cultura é o pilar da afirmação de uma nação.

E) Partindo do princípio de que não existe cultura melhor do que outra, mas sim o respeito entre elas, devemos valorizar a nossa. Quanto à identidade, mesmo adquirindo outras, aquela de raiz nunca deve ser esquecida. Aceitar quem somos é essencial, pois a nossa cultura e identidade não são ruins, pelo contrário, são admiráveis e dignas de orgulho.

F) A minha mensagem para as futuras gerações é sobre a importância de sentirmos e cultivarmos o pertencimento ao nosso país. Para divulgar a nossa cultura, precisamos aceitá-la plenamente, pois, se não transmitirmos os ensinamentos que recebemos dos nossos pais aos nossos filhos, certas tradições acabaram se perdendo. Nós somos o futuro, e é nossa responsabilidade preservar e repassar esses valores às novas gerações. Se não houver essa transmissão, e se o Estado não criar formas de despertar o interesse por atividades culturais, como teatro e cinema, nossa identidade cultural corre o risco de ser esquecida. Os currículos escolares precisam valorizar a cultura local, pois, como Amílcar Cabral sempre disse, a cultura nos fortalece. Valorizar a cultura é essencial para o progresso do país. Portanto, o Estado deve implementar políticas consistentes que promovam a cultura nos currículos escolares, em conformidade com o Decreto de Implementação Institucional (DII) de 1984 e com o artigo 6º da lei vigente, garantindo a preservação e valorização da cultura guineense.

G) As futuras gerações da Guiné-Bissau devem ser formadas não apenas para competir no mundo moderno, mas também para afirmar a sua identidade com orgulho e consciência, contribuindo para o progresso nacional sem perder as suas raízes. Através da educação cultural, dos intercâmbios e das expressões artísticas, será possível criar uma ponte entre a tradição e a inovação, garantindo que o espírito guineense continue a inspirar o mundo.

H) É necessário ensinar e educar desde a base para a valorização da nossa identidade cultural e para a preservação da mesma, por meio da criação de políticas públicas consistentes, entre outras medidas.

I) Que aprofundem os laços com as comunidades, principalmente com os anciãos locais, pois são eles os guardiões da sabedoria e das tradições do nosso povo.

4.1.2 Preservação cultural

A terceira questão, considerando a importância da preservação cultural, se perguntou: qual é a importância da preservação cultural para consolidação da identidade nacional?

A preservação de bens patrimoniais deve ter por finalidade conservar traços da vida comum, quotidiana, e mostrar como vivia a sociedade em determinada época [...] é composto, seja por uma herança histórica ligada a uma personalidade ilustre e por isso mesmo dominadora. (TOMAZ, 2010, p.5).

Gráfico 6 – Preservação Cultural



Fonte: Elaborado pelo autor

No qual 81,8 % das pessoas responderam: garantir a continuidade da memória coletiva e 72,7% responderam alternativas como fortalecer o sentimento do pertencimento. 45,5% responderam as tradições, 40,9% destacaram reforçar os laços, 36,4% responderam línguas, 31,8% falaram saberes tradicionais e 4,5% mostraram que existe outra forma de preservação cultural para a identidade nacional.

No entanto, conforme o Tomaz (2010), estudo do patrimônio cultural promove a valorização e consagração daquilo que é comum a determinado grupo social no tempo e no espaço. Ainda Silva (2023), pontuou que a tradição oral é um dos pilares na preservação da identidade étnica e cultural.

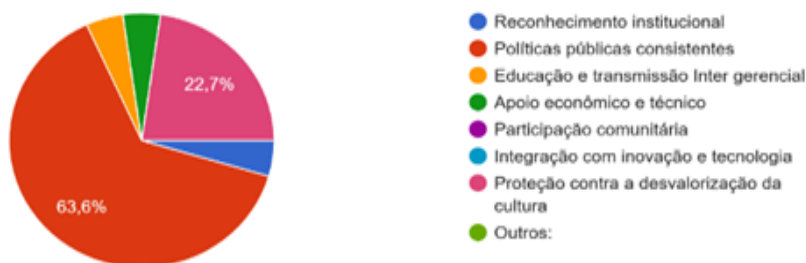
Posto isto, considerado a constituição da república, no seu artigo 17, primeira alínea, (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 1996).

É imperativo fundamental do Estado criar e promover as condições favoráveis à preservação da identidade cultural, como suporte da consciência e dignidade nacional e fator estimulante do desenvolvimento harmonioso da sociedade. O estado preserva e defende o patrimônio cultural do povo, cuja valorização deve servir ao progresso e à salvaguarda da dignidade humana.

Alínea dois. Serão criadas condições para que todos os cidadãos tenham acesso à cultura e sejam incentivados a participar efetivamente na sua criação e difusão.

Gráfico 7 – Estado na valorização e preservação da cultural

27. Qual deve ser o papel do Estado na valorização e preservação da cultura tradicional guineense (escola opções)
22 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor

É de grande relevância que a sociedade procure compreender, daqui em diante, qual deve ser o engajamento do Estado em relação à valorização das práticas culturais tradicionais

guineenses. Nessa linha de pensamento, ao buscar entender a posição da administração pública no que diz respeito às dinâmicas de valorização da cultura tradicional, foi colocada a seguinte pergunta: *Qual deve ser o papel do Estado na valorização da cultura tradicional guineense?*

Os resultados apontaram que 63,6% dos participantes responderam que o Estado deve assumir o papel de valorizar as políticas culturais tradicionais nos próximos anos por meio de políticas públicas consistentes. Já 22,7% afirmaram que o Estado deve atuar na valorização da cultura tradicional através da proteção contra a desvalorização cultural.

É evidente que o Estado, sendo o principal responsável pela gestão pública, possui todas as competências necessárias para desenvolver mecanismos adequados de proteção e valorização das práticas culturais do país, implementando ações que orientem e fortaleçam essas práticas. O Estado da Guiné-Bissau deve, portanto, assumir um papel central e estratégico no que diz respeito à valorização da cultura tradicional como elemento primordial para o desenvolvimento nacional.

Isso significa reconhecer que a cultura não é apenas uma herança deixada pelos nossos ancestrais, mas também um recurso vital para fortalecer a identidade coletiva, promover a coesão social e inspirar políticas públicas voltadas a diversas áreas, como educação, turismo e economia criativa. Além disso, o Estado deve atuar como promotor e protetor do patrimônio cultural, assegurando que as tradições locais como a música, a dança, as línguas nacionais, os rituais e as artes sejam preservados e transmitidos às novas gerações.

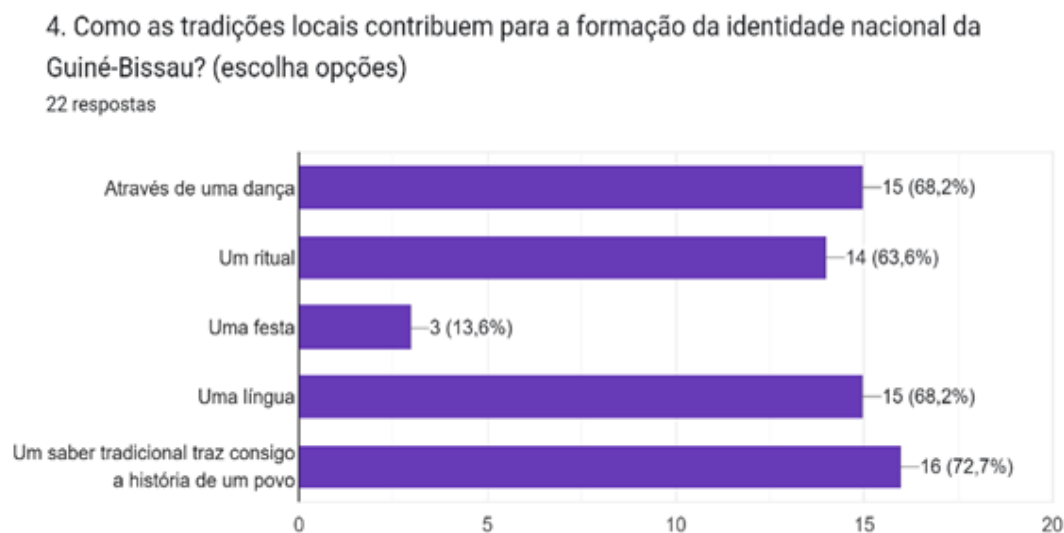
Por outro lado, é necessário que o Estado invista em políticas culturais inclusivas, abrangendo todo o território nacional e envolvendo as comunidades tradicionais como protagonistas. Isso pode ocorrer por meio da criação de centros culturais regionais, do apoio a iniciativas de artistas locais e do incentivo à produção artesanal e às expressões populares. Também é de suma importância integrar a cultura tradicional aos currículos escolares, de modo que as crianças cresçam reconhecendo o valor das suas raízes e aprendam a respeitar a diversidade étnica e cultural que compõem o mosaico cultural do país.

4.1.3 Tradição

A quarta questão se refere a entender como as tradições contribuem para a formação da identidade. No entanto, a questão é: Como as tradições locais contribuem para a formação da identidade nacional da Guiné-Bissau?

Entretanto, de acordo com Hall (1997, apud Silva 2003), afirma que a etnia é definida por características como língua, religião, costumes e sentimento de lugar. Esses elementos, ao serem compartilhados, reforçam vínculos identitários e oferecem bases para a constituição da identidade nacional.

Gráfico 8 – Formação da identidade nacional



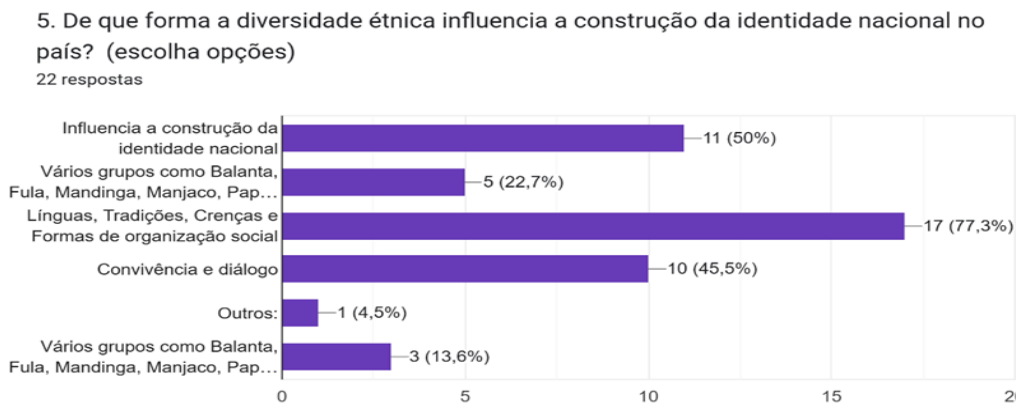
Fonte: Elaborado pelo autor

A resposta um saber tradicional traz consigo a história de um povo obteve 72,7% que corresponde a dezesseis pessoas num total de vinte e dois, 68,2% que mencionaram através de dança pode se contribuir para formação da identidade nacional, 68,2% deram os seus pontos de vista mencionando a língua com elemento importante na formação da identidade nacional, e, 13,6% dos participantes disseram que uma festa tradicional, pode contribuir para formação da nossa identidade local.

4.1.4 Diversidade étnica

Na quinta questão, se almeja entender a influência da diversidade étnica na construção da identidade, no qual a questão é: de que forma a diversidade étnica influencia a construção da identidade nacional no país?

A “diversidade é composta de brancos, negros e índios; homens, mulheres, idosos, jovens e crianças; leitores, estudantes, educadores, poetas, narradores, críticos, pesquisadores; sem teto, sem-terra, sem escola e outros segmentos sociais”. (GRAÚNA,2014, P.52).

Gráfico 9 – Diversidade étnica na construção da identidade

Fonte: Elaborado pelo autor

Na quinta questão, se almeja entender a influência da diversidade étnica na construção da identidade, no qual a questão é: de que forma a diversidade étnica influencia a construção da identidade nacional no país?

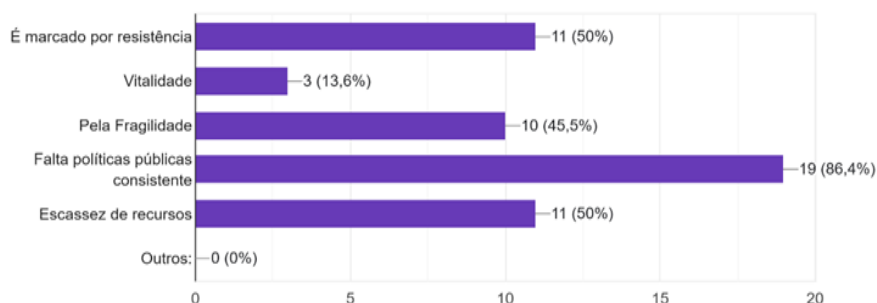
Nesse caso, Correia (2024, p. 47), “graças à sua diversidade étnica e linguística, a Guiné-Bissau consolida as suas práticas culturais contemporâneas no seu património material e imaterial e, por conseguinte, possui valores culturais que devem ser preservados com vista a reforçar a coesão social e a paz”. A confirmação de Correia indica que a diversidade étnica tem uma influência direta na consolidação da prática cultural.

De acordo com as respostas coletas 77,3% responderam que são línguas, tradições, crenças e formas de organização social, 50% mencionaram a Influência na construção da identidade nacional e 45,5% responderam que a convivência e diálogo podem influenciar na diversidade étnica na construção da identidade local.

Gráfico 10 – Práticas culturais tradicionais

6. Como você avalia o estado atual das práticas culturais tradicionais na Guiné-Bissau? (escolha opções)

22 respostas

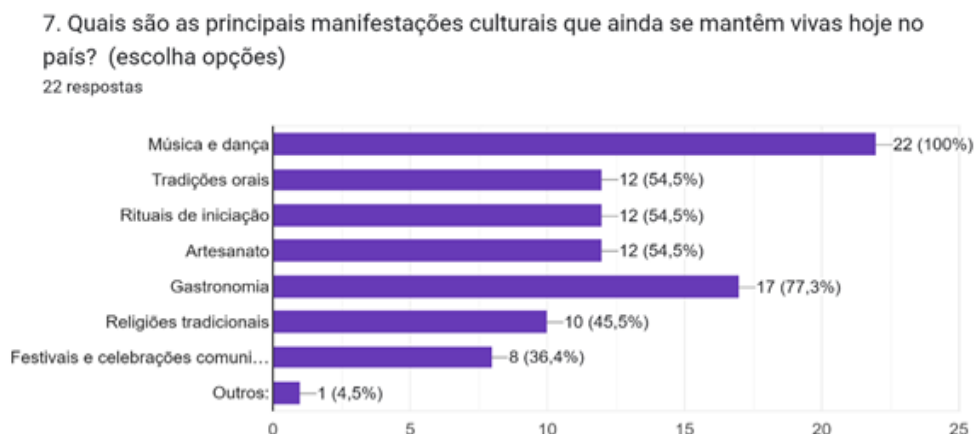


Fonte: Elaborado pelo autor

A sexta pergunta do questionário procura na percepção dos colaboradores, como avaliam o estado atual das práticas culturais tradicionais. No entanto, a pergunta é: como você avalia o estado atual das práticas culturais tradicionais da Guiné-Bissau?

Na entrevista do trabalho do Nilton, o entrevistado afirma que a Guiné-Bissau carece das infraestruturas para práticas culturais, como salas de teatro, salas para espetáculos de música, cinemas, entre outros. Após a independência, havia o salão do Terceiro (III) Congresso, os edifícios do Clube da União Desportiva de Bissau (UDIB), entre outros, mas estes deixaram de funcionar já há vários anos (CORREIA 2024).

Teve 86,4% das respostas que apontam que a Guiné tem falta de políticas públicas consistentes, 50% dos participantes responderam que é marcado por resistência, outros 50% afirmaram que é escassez de recursos, 45,5% apontaram fragilidade como sendo causa das práticas culturais.

Gráfico 11 – Principais culturais

Fonte: Elaborado pelo autor

A sétima pergunta busca saber sobre as principais manifestações que ainda se mantêm. Para tal, a pergunta foi: quais são as principais manifestações culturais que ainda se mantêm vivas hoje no país? Para Benzinho e Rosa (2018, p.28), “o folclore guineense é bastante rico e conta com muita permuta entre etnias, não só pela expressão corporal como nos trajes ou sons e instrumentos que acompanham esta manifestação cultural, que está muito presente no quotidiano guineense”.

Concernente a resposta de da questão acima, 100% das pessoas responderam que é a música e dança, 77,3% destacaram a gastronomia como um dos principais manifestação que se mantém viva nos dias de hoje no país, 54,5% dos participantes afirmaram que são tradições orais, rituais de iniciação e artesanato, 45,5% destacaram a religião tradicional.

A música e a dança constituem as principais manifestações culturais atualmente presentes na Guiné-Bissau, provavelmente em razão das oportunidades oferecidas pelo mercado. O mercado atual facilita mais a comercialização das produções musicais e das apresentações de dança, ao passo que outras atividades culturais e artísticas carecem de espaços adequados para sua realização.

Os eventos de música e dança também impõem grandes desafios aos seus produtores, sobretudo em relação à burocracia e aos elevados custos necessários para a realização dos espetáculos. Além do aluguel de espaços para os shows, é preciso pagar taxas à Secretaria da Cultura, à Força de Segurança, à Câmara Municipal de Bissau (CMB), ao setor de Turismo,

além das despesas com som, iluminação, marketing e demais equipamentos indispensáveis para a execução das atividades culturais ligadas à música e à dança. Em muitos casos, grande parte do rendimento dos artistas acaba ficando com terceiros, geralmente os investidores que financiaram a realização dos eventos.

É importante salientar que, quando o próprio músico decide organizar seu evento, ele arca sozinho com todos os custos, sem receber qualquer tipo de apoio do governo. Mesmo em situações de prejuízo financeiro, o Estado nunca se mostrou disposto a oferecer auxílio para solucionar essas dificuldades.

A Secretaria da Cultura, que deveria estar comprometida com o apoio e o fortalecimento dos processos culturais, acabou invertendo seu papel. Em vez de apoiar os músicos e promotores culturais na realização de shows e eventos, garantindo-lhes melhores condições de trabalho e dignidade, as entidades responsáveis pela área cultural frequentemente se aproveitam dos fazedores de cultura para atender a interesses particulares.

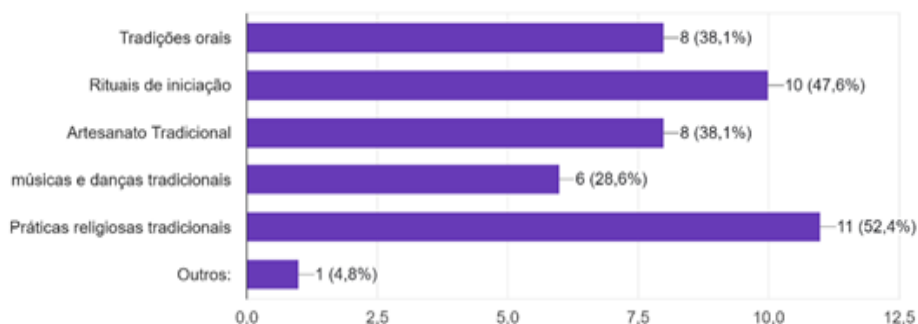
Por outro lado, a gestão pública não tem criado condições adequadas para os artistas e produtores culturais. A maioria dos eventos culturais ocorre em espaços esportivos, como o Estádio 24 de Setembro e o Estádio Lino Correia, ambos localizados no centro da cidade. Entre 2023 e 2025, todos os grandes concertos foram realizados no Estádio Lino Correia, sob a organização da única e maior empresa de eventos da Guiné-Bissau, denominada Mix Service.

As diferenças étnicas e linguísticas na Guiné-Bissau produziram grande variedade a nível da dança, das expressões artísticas do traje, da tradição musical e das manifestações culturais em geral, (CORREIA, 2024). Não obstante, apesar de grande variedade de atividade artística, cultural e tradicional que a sociedade guineense compartilha entre si, outras culturas além da música e dança ficam limitadamente escondidas sem possibilidade de suas divulgações, devido, 1) a falta de políticas públicas que possibilitam suas realizações, 2) falta de oportunidades e promoções por parte do Estado para facilitar a prática e divulgação dessas culturas, 3) falta de espaço públicos para a realização de fêrias ao vivo, por parte da gestão pública com propósito de resgatar os novos talentos, (a criação de um espaço público por parte da gestão pública, com objetivos de resgatar os novos valores através de concursos em diferentes modalidades como: poema, poesia, canção, músicas modernas, músicas tradicionais, danças tradicionais, e desenho etc...

Gráfico 12 – Práticas culturais em risco de desaparecimento

8. Existem práticas culturais que você considera em risco de desaparecimento? Quais? Por quê? (escolha opções)

21 respostas



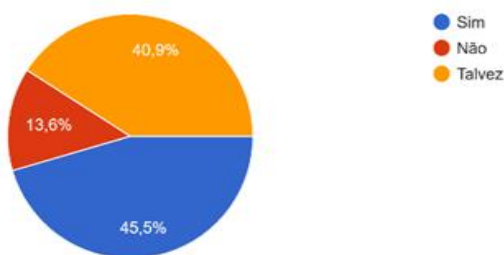
Fonte: Elaborado pelo autor

A oitava questão busca compreender a situação cultural do país e, consequentemente, o seu desaparecimento através da seguinte pergunta: Existem práticas culturais que você considera em risco de desaparecimento? Quais? Por quê? Os “*N’turudus*” são figuras fantasmagóricas caracterizadas pelas vestes extravagantes, “danças e andar alegóricos”. Os *n’turudos* foram à atração principal do carnaval guineense, porém têm havido a desaparecer às manifestações carnavalescas (FONSECA, 2016)

52,4% dos participantes responderam que a prática religiosa tradicional, que está em risco de desaparecimento; e 47,6% responderam rituais tradicionais; 38,1% responderam tradições orais e artesanato tradicional e por último 28,6% responderam a música e danças tradicionais. Significa que nesse aspecto músicas tradicionais ainda mantêm o seu lugar no cenário cultural do país. Apesar de enfrentar muitas dificuldades por não existir políticas públicas adequadas para manter a sua consistência, como forma de resgatar os patrimônios e memórias culturais no seu nível mais profundo.

Gráfico 13 – População guineense na valorização da cultura

9. Na sua opinião, a população guineense valoriza suficientemente a sua cultura?
22 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor

Correlação nona pergunta houve uma preocupação em saber se a população guineense se preocupa com a cultura local, ou seja, como encaram as práticas culturais. No entanto foi colocada a seguinte questão: Na sua opinião, a população guineense valoriza suficientemente a sua cultura? Segundo Lóssio e Pereira (2007, p. 4) A valorização da cultura popular para as culturas populares está inserida no imaginário social, que por sua vez são resgatados nas representações sociais e que, por conseguinte, estão relacionados à identidade cultural.

No que refere aos participantes, 45,5% responderam sim, que a população guineense valoriza suficientemente a sua cultura, 40,9% responderam talvez e 13,6% responderam não. Em seguida trazemos as falas das pessoas que responderam sim:

A) pelos engajamentos que se vê nas redes sociais que focam na promoção da cultura guineense, assim como presencialmente, se vê o respeito e a valorização da nossa cultura. O que pode aparentar a não valorização é originada da falta de programas culturais ou mesmo políticas públicas culturais na Guiné-Bissau para incentivar esse setor. Pelas pesquisas e contatos que fiz, ousou afirmar que, até ao momento, o país não tem nenhuma política pública voltada à cultura. O que além de ser triste, espelha a fragilidade das lideranças da Guiné-Bissau.

B) Na minha cultura é uma coisa que não pode mudar, porque os nossos ancestrais e os nossos pais entregaram e deixaram para gente seguir de modo que ninguém pode mudar. Por tanto meu povo ama a cultura guineense, só que não tem apoio dos governos.

C) Nós gostamos de levar a nossa identidade por todos os cantos, através das nossas músicas, da nossa forma de vestir, de cozinhar e de nos divertir. Falamos com orgulho do nosso querido crioulo, seja na UNILAB ou em qualquer lugar do Brasil. Todos os anos celebramos a

feira da independência, reafirmando que valorizamos profundamente a nossa identidade e a nossa cultura.

D) [...] Maior parte da população estão com problemas do reconhecimento identitária, devido vestígio ou colapso de lavagem do cérebro pelo sistema colonial, no entanto, nascemos e fomos incutidos que, tudo o que vem da Europa e da América tem mais valor do que o nacional, por tanto, importamos tudo do exterior: Comida, costume, cultura, política etc.

E) Decerto, a população guineense valoriza a sua cultura. Digo isto porque vê-se grandes representações culturais nos vestuários do quotidiano guineense, na gastronomia, e músicas usadas nos eventos tradicionais. Carnaval torna essas manifestações explícitas e músicas modernas têm enraizado grande ascensão nessa exibição cultural.

De acordo com as a resposta dos participantes percebe-se que há um convergências nas respostas, afirmando que a população guineense gosta da sua cultura, de modo que não se sintam complexados para representar a sua cultura em qualquer parte do mundo. Carrega consigo mesmo a sua identidade como: a língua guineense, gastronomia, músicas, danças e trajes tipicamente tradicionais.

Apesar dos participantes mostrarem o reconhecimento da participação da população guineense na promoção e divulgação da cultura local, lamentaram falta de apoio por parte do governo na área cultural, ou seja, não existe nenhuma política pública voltada à cultura, que garanta a sua consistência e preservação do patrimônio nacional.

Gráfico 14 – Globalização na preservação da cultura tradicional



Fonte: Elaborado pelo autor

Como a globalização tem impactado na preservação da cultura tradicional no país?

Na mesma pergunta 63,6% dos participantes responderam que, o enfraquecimento das práticas tradicionais, causa um impacto na preservação da cultura tradicional. 36,4% responderam que são as oportunidades. E, 4,5% responderam que além de desafios, oportunidades, enfraquecimento das práticas tradicionais existem outros fatores que podem causar um impacto negativo na preservação da cultura tradicional no país.

A pergunta a seguir tem como finalidade, procurar saber se existe política pública cultura voltada para a preservação dos valores culturais do país. Para saber foi colocado a seguinte pergunta: Que políticas públicas voltadas à preservação cultural que você conhece na Guiné-Bissau?

Em relação a essa pergunta, houve a divergência na resposta. algum grupo de participantes afirmaram que não existe nenhuma política pública voltada à preservação cultural na Guiné-Bissau. E por outro lado algumas pessoas responderam que existe política pública culturais na Guiné-Bissau, nomeadamente: Conferências Nacionais de Cultura, Plano Estratégico da IX Legislatura e Política Nacional de Cultura, além da Secretaria de Estado da Cultura, para preservar e promover a cultura nacional.

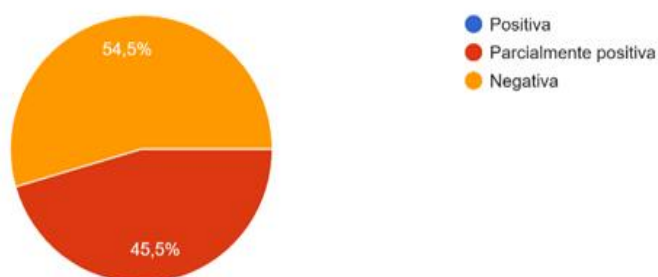
Em seguida vamos apresentar as falas dos participantes que comentaram sobre a existência das públicas ligado a setor cultural:

F) Na Guiné-Bissau, observa-se que o setor cultural carece de uma atenção efetiva por parte do Estado. Atualmente, as ações do Ministério da Cultura e do Desporto são em grande parte conduzidas por empresas privadas, o que faz com que as políticas públicas se concentrem mais no desporto, deixando a cultura em segundo plano. Há uma falta evidente de investimento público no setor cultural, o que gera consequências diretas para os agentes culturais e para a população em geral. Muitos artistas e grupos culturais enfrentam dívidas acumuladas devido à ausência de apoio institucional, o que enfraquece o interesse popular em organizar eventos tradicionais, como o Carnaval, que é uma das manifestações culturais mais significativas do país. Esse enfraquecimento reflete-se também na dificuldade de valorização e reconhecimento dos que trabalham para preservar e divulgar a cultura nacional. A Guiné-Bissau possui uma imensa riqueza cultural, mas enfrenta grandes desafios na sua promoção e preservação. Em muitos casos, são os estudantes, os emigrantes guineenses e os próprios artistas, de forma autónoma e pessoal, que assumem o papel de promover e representar as tradições culturais do país no exterior. Isso evidencia uma lacuna importante: a ausência de políticas públicas

consistentes que valorizem e sustentam a cultura guineense como elemento essencial de identidade nacional.

Gráfico 15 – Eficácia das políticas culturais

12. Como você avalia a eficácia das políticas culturais atualmente implementadas?
22 respostas

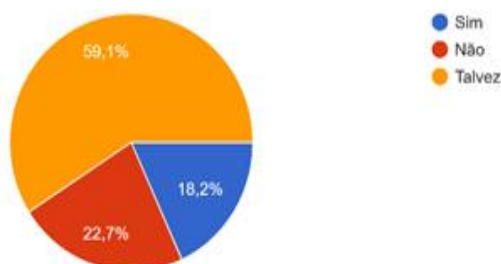


Fonte: Elaborado pelo autor

No que refere às avaliações e eficácia das políticas públicas culturais implantadas, atualmente na Guiné-Bissau, 54,5% responderam que as políticas públicas culturais são negativas. Ou seja, não é vista a eficácia das políticas públicas no contexto atual do país. E 45,5% responderam que a eficácia das políticas culturais atualmente está de forma parcial, ou seja, parcialmente positiva.

Gráfico 16 – Legislação da proteção de patrimônio cultural

13. Existe uma legislação que protege o patrimônio cultural do país?
22 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor

Para a conservação de patrimônio cultural de qualquer nação é necessária uma lei de base que vai proteger esse patrimônio de uso desnecessário ou vandalização do mesmo para

garantir a sua preservação e identidade como símbolo de identidade nacional. Sendo assim foi questionada a seguinte pergunta: Existe uma legislação que protege o patrimônio cultural do país? 59,1% dos participantes responderam talvez. E 22,7% responderam que não existe nenhuma legislação que proteja o patrimônio cultural do país. E 18,2% dos praticantes responderam que sim existe uma legislação que protege o patrimônio cultural do país.

Em seguida vamos trazer as falas dos participantes que afirmaram que existem legislações que protegem o patrimônio cultural.

F) Sim, a Guiné-Bissau possui uma legislação específica para a proteção do seu patrimônio cultural. A principal é a Lei de Bases do Património Cultural de 2021, que se soma às garantias já previstas na Constituição da República. Embora o arcabouço legal exista, o maior desafio continua a ser a sua implementação efetiva, que é limitada pela falta de recursos e pela fragilidade institucional.

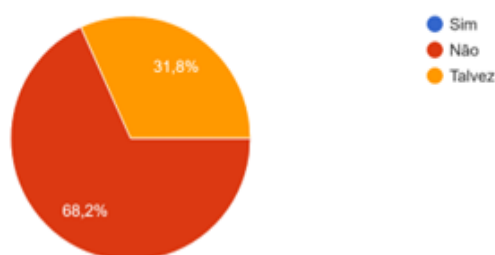
G) Segundo alguns pesquisadores ou peritos no assunto asseguram que não existe nenhuma lei específica para a proteção. Mas, a lei magna do país, "Constituição da República" no seu art. 17º, no inciso I, garante às condições necessárias para criação do patrimônio cultural.

H) Sim, Lei do Património Cultural 14/05 (11-10-2005) que estabelece competências e responsabilidades do Estado para a sua proteção, conservação e valorização.

I) Sim, mas não são implementadas, de pouco servem. Se a lei não chega às comunidades, ela não protege verdadeiramente o patrimônio. Cada grupo étnico tenta, por conta própria, manter viva a sua cultura, mas sem apoio institucional, isso se torna um esforço desigual. O resultado é que a diversidade cultural da Guiné-Bissau fica ameaçada, mesmo sendo uma das suas maiores riquezas.

Gráfico 17 – Financiamento para projetos de preservação

14. Existe financiamento adequado para projetos de preservação cultural?
22 respostas



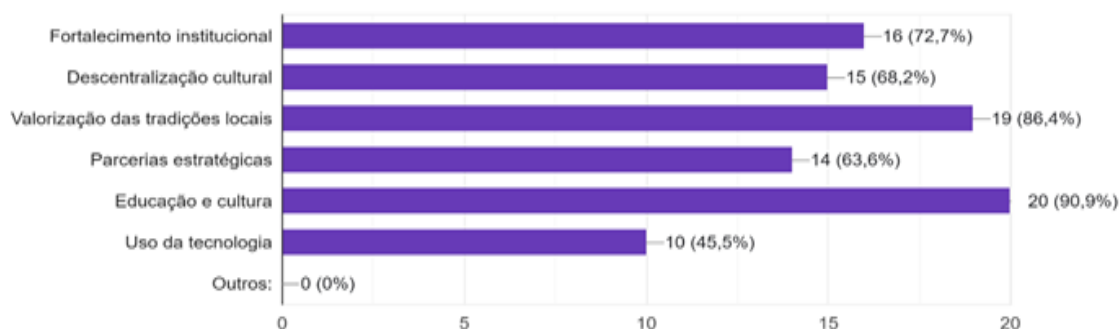
Fonte: Elaboração pelo autor

No contexto da Guiné-Bissau, observa-se uma grande precariedade na área cultural. Para compreender melhor essa situação, buscou-se saber se o setor cultural tem recebido algum tipo de financiamento que garanta sua sustentabilidade. Diante disso, formulou-se a seguinte pergunta: Existe financiamento adequado para projetos de preservação cultural?

Dos participantes, 68,2% responderam “talvez”, e enquanto 31,8% afirmaram que não existe financiamento adequado para projetos voltados à preservação cultural.

Gráfico 18 – Estado na melhoria das políticas culturais

15. Como o Estado pode melhorar a aplicação das políticas culturais?
22 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor

Na busca de entender a dinâmica que o estado pode usar para melhorar as políticas públicas voltada à cultura, foi colocada a seguinte questão: Como o Estado pode melhorar a aplicação das políticas culturais?

A resposta obtida dos participantes 90,9% responderam Educação e Cultura; 86,4% afirmaram à valorização das tradições locais; 72,7% falaram fortalecimento institucional; 68,2% comentaram à descentralização cultural; 63,6% justificaram parcerias e estratégias e, 45,5% reafirmaram ao uso da tecnologia.

Com base nas respostas obtidas, percebe-se que para o Estado melhorar as condições das aplicabilidades das políticas públicas culturais, está associada a vários fatores acima referenciados. A educação guineense deve assumir um papel muito importante no processo de ensino e aprendizagem, como forma de transmitir e ensinar a nossa cultura para as novas gerações. As escolas e as universidades devem proporcionar ambientes de debates acadêmicos, com a finalidade de promover os valores culturais e patrimônios do país.

A valorização das tradições locais é um elemento muito importante, no que se refere como estado pode melhorar a aplicação das políticas culturais do país, a gestão pública através da Secretaria de Cultura, o setor responsável para as práticas das atividades culturais, deve ter uma aproximação com a comunidades locais que ainda são símbolos da conservação da identidade nacional e patrimônios culturais. O Estado deve se aproximar das comunidades locais para entender os problemas vividos, as dificuldades que impedem práticas das atividades culturais, para que possa criar as políticas públicas que vão atender esses problemas. Primeiro é aproximar para entender os problemas e depois criar as soluções para tais problemas através das políticas públicas.

Fortalecimento institucional é um aspecto muito importante concernente ao desenvolvimento de qualquer nação. O estado deveria criar uma estrutura forte a nível das instituições públicas com competências de estabelecer as políticas culturais públicas capazes de garantir a sustentabilidade para fazedores de arte.

O governo deve criar uma dinâmica de descentralização da maior manifestação cultural guineense, nomeadamente carnaval, para todas as regiões do país. As premiações não devem ser apenas para quem ganhou o desfile nacional na capital Bissau, mas sim, cada região deve ou podia organizar o seu desfile exibindo, manifestando as suas diversidades culturais e premiados pelos administradores locais; em vez de tudo fica centralizado no setor autónomo Bissau. A descentralização pode motivar a população a aderirem a práticas culturais, o que seria como a forma de governo continua a resgatar e manter as práticas culturais.

Não basta a gestação pública criar as políticas públicas, para garantir o suficiente na área cultural. Mas sim, precisa das parcerias estratégicas como um elemento muito importante no desenvolvimento desse setor. Criar as relações diplomáticas no âmbito cultural, a nível da sub-região entre os países vizinhos e países internacionais. Oportunidades de bolsas de estudos para Homens da cultura, participações nas festas internacionais, cooperação ou acordos com as instituições internacionais sediada no país para facilitar nos processos das documentações que muitas vezes impedem os fazedores de artes de viajar para participar dos eventos internacionais e, até nas realizações dos seus shows na diáspora.

A tecnologia é uma ferramenta indispensável na área cultural, o governo deve estabelecer os mecanismos de criar um site ou páginas para a divulgação dos eventos culturais. Usando a tecnologia ao seu favor para a difusão da cultura, registrar os momentos inéditos e também arquivar os acontecimentos importantes nas plataformas virtuais.

Gráfico 19 – Papel das escolas na preservação cultural



Fonte: Elaborado pelo autor

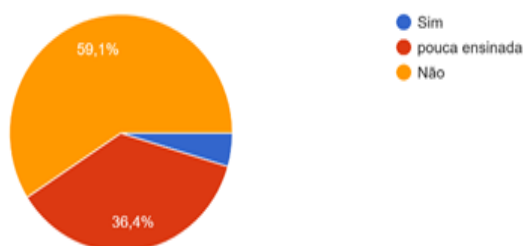
Na perspectiva de procurar entender o papel das escolas no que tem a ver com a preservação da cultura guineense e sua identidade, foi colocada a seguinte pergunta: Qual o papel das escolas na preservação da cultura e da identidade nacional?

Correlação essa pergunta, 77,3% dos participantes responderam transformação de valores. 72,7% responderam construir a consciência social, 72,3% responderam educação patrimonial, 68,2% dos participantes responderam transmissão de valores e 54,5 responderam o ensino das línguas nacionais.

As escolas têm um papel muito relevante na preservação da cultura e da identidade nacional, porque são espaços de formação e transmissão de valores para a nova geração. Ensinam não apenas conteúdo acadêmico, mas sim construir consciência social e cultural como: educação patrimonial; ensino das línguas nacionais; promoção de atividades culturais; ligação entre as gerações; formação cidadã; adaptação à modernidade.

Gráfico 20 – Ensino da história e das tradições guineenses

17. O ensino da história e das tradições guineenses é suficiente no currículo escolar? (opções)
22 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor

Percebe-se que as estruturas escolares guineenses carecem de um ensino voltado para o aprendizado das histórias e tradições da realidade local. Para esclarecer essa questão, foi elaborada a seguinte pergunta: O ensino da história e das tradições guineenses é suficiente no currículo escolar?

Dos participantes, 59,1% responderam que o ensino da história e das tradições guineenses não é abordado no currículo escolar, enquanto 36,4% afirmaram que esse conteúdo é pouco ensinado nas escolas.

Houve divergência de opiniões entre os participantes em relação a essa pergunta. Aproximadamente 60% deles responderam que as histórias e tradições guineenses não são ensinadas nas escolas. Observa-se que o currículo escolar do país prioriza o ensino de histórias e tradições europeias, ou seja, conteúdos de caráter internacional. Essa realidade contribui para a perda do conhecimento sobre os nossos heróis e valores culturais.

Gráfico 21 – Percepção das novas gerações quanto a importância da cultura

Fonte: Elaborado pelo autor

A nova geração pode compreender a importância da cultura tradicional com base em boas políticas de gestão pública, que criem dinâmicas voltadas à divulgação e transmissão desses valores, como forma de repassar essas práticas às futuras gerações. Para identificar como os jovens podem reconhecer essa importância, formulou-se a seguinte pergunta: Como as novas gerações podem perceber a importância da cultura tradicional?

Dos participantes, 86,4% responderam que isso ocorre por meio da educação; 72,7%, pelo contato direto com as tradições; 59,1%, pelo exemplo das comunidades; 59,1%, pelo conhecimento do valor social e econômico da cultura; 18,2%, pelo uso das tecnologias; e 9,1% afirmaram que todas as opções acima são importantes para que as novas gerações possam perceber a relevância da cultura tradicional.

Gráfico 22 – Estratégias Educativas na preservação da cultura

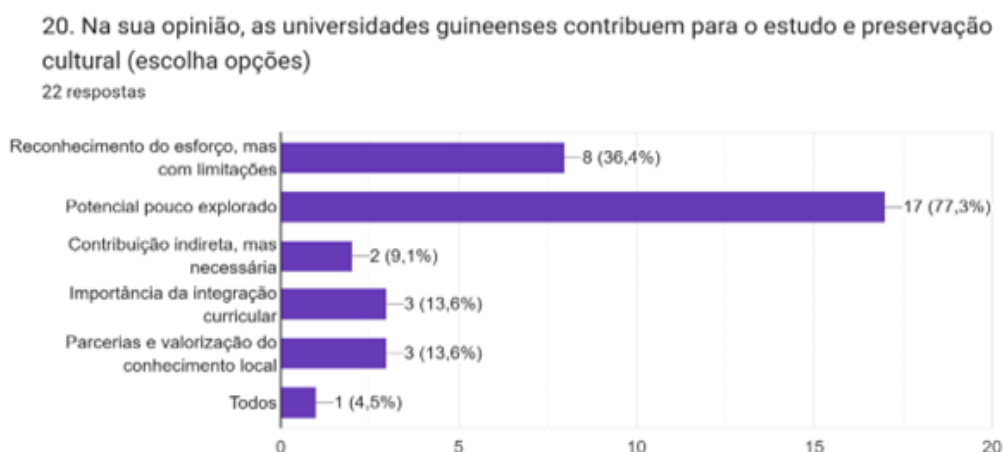
Fonte: Elaborado pelo autor

No que concerne à influência das estratégias educativas no processo cultural, foi formulado o seguinte questionamento: Quais estratégias educativas poderiam reforçar a preservação da cultura?

Em relação a essa pergunta, 86,4% dos participantes responderam inserção da cultura no currículo escolar; 72,7%, disseram formação de professores na área cultural; 63,6%, falaram realização de projetos culturais nas escolas; 63,6%, afirmaram parceria entre a escola e a comunidade; 40,9%, destacaram aprendizagem prática; e 18,2% afirmaram que todos esses elementos são importantes para o desenvolvimento de boas estratégias educativas que reforcem a preservação da cultura do país.

Existem diversas estratégias educativas capazes de contribuir para a preservação das práticas culturais, sobretudo no contexto da Guiné-Bissau, onde a transmissão de saberes ocorre, em grande parte, de forma oral e comunitária. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de: inserir a cultura no currículo escolar; promover aprendizagens práticas; desenvolver projetos culturais nas escolas; formar professores na área cultural; e fortalecer a parceria entre a escola e a comunidade.

Gráfico 23 – Contribuição dos universitários guineenses no estudo



Fonte: Elaborado pelo autor

Na busca por compreender o papel das universidades guineenses no processo cultural e na preservação da cultura, foi formulada a seguinte pergunta: “Na sua opinião, as universidades guineenses contribuem para o estudo e a preservação cultural?”

Em resposta a essa questão, verificou-se que uma grande parcela dos participantes, equivalente a 77,3%, considerou que esse potencial é “pouco explorado”. Além disso, 36,4% reconheceram o “esforço existente, mas com limitações”; 13,6% destacaram a “importância da integração cultural”; 13,6% mencionaram a parceria e a valorização do conhecimento local; 9,1% apontaram uma “contribuição indireta, porém necessária;” e 4,5% afirmaram que “todas as opções são relevantes”, ou seja, importantes para que as universidades guineenses contribuam efetivamente para o desenvolvimento do estudo e da preservação cultural.

As universidades guineenses desempenham um papel muito importante, embora ainda limitado no que refere ao estudo e na preservação da cultura. É inegável que essas instituições já desenvolvem iniciativas relevantes, como estudos sobre as línguas nacionais, pesquisas em antropologia e história, além da promoção de debates acadêmicos sobre a diversidade cultural guineense. Por outro lado, a contribuição das universidades ainda é insuficiente diante da riqueza cultural do país, devido a alguns fatores, como escassez de recursos financeiros, fragilidade na publicação e baixa difusão dos estudos voltados à cultura.

Gráfico 24 – Desafios na implementação das políticas culturais



Fonte: Elaborado pelo autor

No intuito de compreender os desafios enfrentados pela gestão pública guineense no que se refere à preservação da cultura e à criação de políticas culturais, formulou-se a seguinte questão: “quais são os maiores desafios que a Guiné-Bissau enfrenta na preservação cultural”?

Com base das respostas recolhidas, observou-se que 86,4% dos participantes apontaram a “fragilidade das políticas públicas” como principal desafio; 68,2% destacaram a “apropriação de culturas estrangeiras”; 59,1% mencionaram a “globalização e a influência externa”; outros 59,1% afirmaram que o governo enfrenta dificuldades devido à falta de recursos financeiros e infraestrutura. Além disso, 45,5% mencionaram a “perda da tradição oral”, o mesmo percentual indicou a desvalorização da cultura pelas novas gerações; 27,3% citaram o “êxodo rural e a imigração”; e 4,5% apontaram outros desafios enfrentados pelo governo da Guiné-Bissau na preservação da cultura local.

Todos esses fatores, mencionados pelos participantes da pesquisa, representam obstáculos significativos que dificultam a atuação da administração pública guineense na preservação cultural. Diante disso, o poder público precisa intensificar os esforços voltados à consolidação da democracia, de modo a garantir estabilidade política e institucional. Somente com um ambiente político estável será possível criar e desenvolver políticas públicas eficazes voltadas à conservação do patrimônio cultural, visto que a instabilidade política impede o avanço e o desenvolvimento de outros setores essenciais do país.

Gráfico 25 – Ausência de recursos financeiros

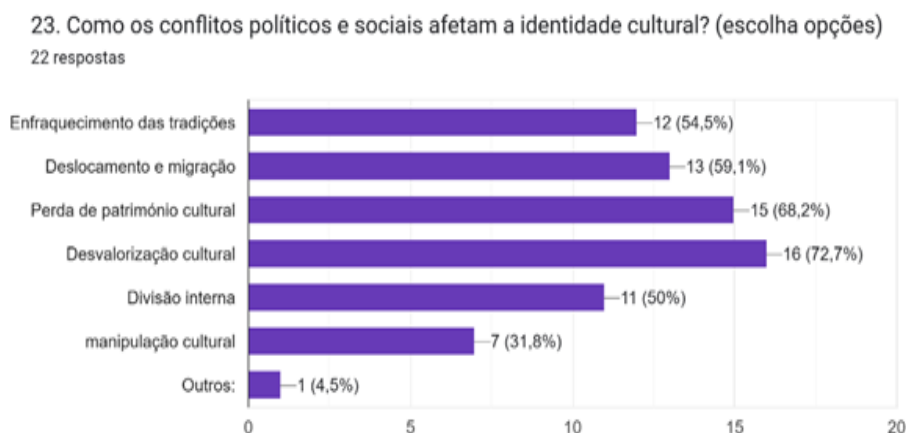


Fonte: Elaborado pelo autor

Foi muito interessante compreender, na prática, quais são os maiores obstáculos que o setor cultural enfrenta no contexto atual. Para aprofundar essa análise, formulou-se a seguinte questão: a falta de recursos financeiros é realmente o maior obstáculo ou existem outros fatores mais relevantes?

Com base nas respostas obtidas, observou-se que 81,8% dos participantes apontaram a desvalorização cultural interna como o principal desafio; 77,3% destacaram a fragilidade das políticas públicas; 72,7% consideraram que a falta de recursos financeiros é um obstáculo significativo; 31,8% mencionaram a influência da globalização; 13,6% citaram a pressão interna; e 4,5% afirmaram que existem outros fatores além dos mencionados anteriormente.

Gráfico 26 – Conflitos políticos e sociais na identidade cultural



Fonte: Elaborado pelo autor

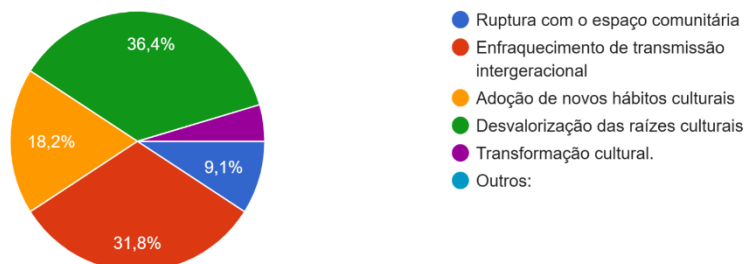
Para compreender a influência dos conflitos políticos na identidade cultural, foi elaborada a seguinte pergunta: “Como os conflitos políticos e sociais afetam a identidade cultural?”

Os resultados da pesquisa mostram que os conflitos políticos e sociais impactam significativamente a identidade cultural do país. Entre os participantes, 72,7% apontaram a desvalorização cultural como uma das principais consequências; 68,2% afirmaram que esses conflitos provocam perda do patrimônio cultural; 59,1% mencionaram o deslocamento e a migração; 54,5% destacaram o enfraquecimento das tradições; 50% apontaram a divisão interna; 31,8% indicaram a manipulação cultural; e 4,5% mencionaram que existem outros aspectos além dos citados acima também afetados pelos conflitos políticos e sociais em relação à identidade cultural da nação.

Gráfico 27 – Transmissão da cultura tradicional

24. De que forma a migração e o êxodo rural impactam a transmissão da cultura tradicional (escolha opções)

22 respostas



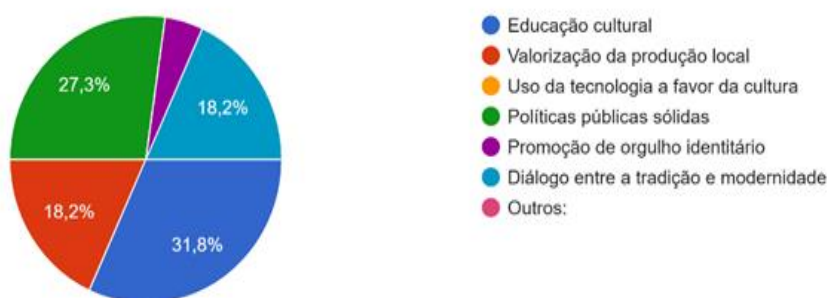
Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com os resultados obtidos na pergunta acima, constatou-se que, entre os participantes, 36,4% afirmaram que a migração e o êxodo rural impactam a transmissão da cultura tradicional, provocando a desvalorização das raízes culturais; 31,8% mencionaram o enfraquecimento da transmissão intergeracional; 18,2% apontaram a adoção de novos hábitos culturais; e 9,1% responderam que esse processo causa ruptura com o espaço comunitário.

Gráfico 28 – Influência na ameaça da cultura local

25. Como combater a influência estrangeira que ameaça a cultura local? (escolha opções)

22 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor

Levada em consideração a influência estrangeira no processo cultural do país, e o impacto que isso pode causar na realidade local, teve a ideia de procurar juntos de fazedores de artes, qual seria medida conveniente para evitar futuras consequências. Nessa lógica foi questionada a pergunta anterior. Na qual 31,8% dos participantes responderam educação cultural, 27,3% responderam políticas públicas solidárias, 18,2% responderam diálogo entre tradição e a modernidade, e 18,2% afirmaram valorização da produção local.

Gráfico 29 – Tecnologia utilizada na divulgação da cultura

Fonte: Elaborado pelo autor

A tecnologia pode ser usada para salvaguardar, isto é, preservar e divulgar a cultura guineense. Com base nas respostas obtidas na pesquisa, verificou-se que 81,8% dos participantes indicaram as plataformas de ensino e difusão como principal meio de preservação cultural; 81,8% também destacaram a produção audiovisual e as mídias sociais; 72,7% mencionaram a digitalização de acervos culturais; 68,2% citaram os museus virtuais e digitais; 59,1% apontaram o turismo e a cultura; 45,5% ressaltaram a proteção da propriedade intelectual; e 4,5% dos participantes afirmaram que existem outras opções que poderiam ser ligadas à tecnologia para preservar e divulgar a cultura guineense.

A tecnologia, portanto, pode desempenhar um papel fundamental na preservação e divulgação da cultura nacional, especialmente em um contexto em que muitos saberes tradicionais correm o risco de desaparecer devido à globalização e à falta de registros adequados por parte das entidades responsáveis pela área cultural. Por meio de ferramentas digitais, é possível registrar, documentar, armazenar, divulgar e compartilhar práticas culturais, línguas locais, músicas, danças, rituais e histórias orais que compõem o patrimônio cultural e imaterial guineense. Plataformas digitais, sites e arquivos online podem servir como verdadeiros repositórios da memória coletiva do povo da Guiné-Bissau.

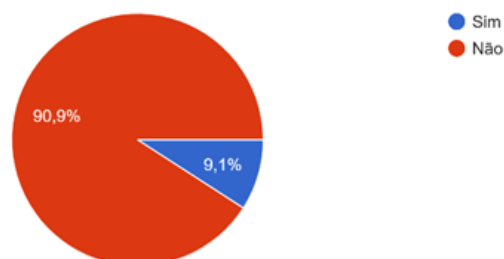
As redes sociais, por sua vez, representam meios de comunicação digitais que oferecem um espaço de grande alcance para a divulgação de ações culturais do país, tanto em nível nacional quanto internacional. Jovens cantores, artistas, músicos, artesãos e promotores culturais podem utilizar essas plataformas para promover e divulgar suas obras, valorizar a identidade guineense e fortalecer o sentimento de pertencimento cultural. Além disso, essa utilização contribui para o fortalecimento da economia criativa no mercado nacional e para a

internacionalização da cultura guineense, tornando-a mais visível e respeitada no cenário global.

Gráfico 30 – Políticas culturais criadas entre 2020 a 2025

30. Existem políticas culturais públicas criadas e implementadas entre 2020 a 2025?

22 respostas



Fonte: Elaboração pelo autor

Correlação a existência, ou seja, criação e implementação das políticas culturais públicas entre 2020 a 2025 na Guiné-Bissau? 90,9% afirmaram que não existe nenhuma política cultural pública na Guiné-Bissau, e 9,1% dos colaboradores confirmaram que existe política cultural pública na Guiné-Bissau, entre 2020 a 2025. Segue as falas dos que afirmaram a existência das políticas culturais públicas:

A Lei de Bases do Património Cultural (Lei n.º 7/2021) aprovada pela Assembleia Nacional Popular em julho de 2021, estabelece um quadro jurídico completo para a proteção, salvaguarda, conservação e valorização do património cultural material e imaterial do país.

B) Entre 2020 e 2025, a Guiné-Bissau enfrentou desafios significativos na implementação de políticas culturais públicas, devido a fatores como instabilidade política, limitações orçamentárias e falta de continuidade administrativa. No entanto, algumas iniciativas destacam-se nesse período: Em abril de 2025, o tecido tradicional guineense conhecido como panu di pinti foi registrado pela Organização Africana da Propriedade Intelectual (OAPI) como patrimônio cultural nacional. Esse reconhecimento visa proteger e promover essa expressão artesanal única da Guiné-Bissau. Projetos de Capacitação e Empoderamento Cultural Através de parcerias com organizações internacionais, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foram realizadas iniciativas voltadas para o empoderamento de jovens e mulheres, incluindo o desenvolvimento de habilidades empreendedoras e a promoção da participação cultural.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início da realização desta pesquisa, constatou-se a necessidade e a relevância do tema, o que despertou o interesse em aprofundar o estudo sobre os entraves e desafios que têm dificultado a implementação e o desenvolvimento das políticas culturais e da identidade nacional na Guiné-Bissau.

No decorrer da investigação, tornou-se evidente que a cultura guineense, embora rica, vibrante e diversa, permanece estagnada há anos, sem avanços significativos em termos de apoio institucional e de políticas públicas concretas voltadas ao setor. Por essa razão, escolheu-se este tema para o trabalho de conclusão de curso, com o propósito de contribuir para o debate e para a construção de soluções que promovam a valorização da cultura como instrumento essencial para o desenvolvimento nacional.

Diante disso, a pesquisa teve como objetivo geral analisar o papel do Estado na valorização e preservação da cultura tradicional guineense. Constatou-se que esse objetivo foi plenamente alcançado, uma vez que o estudo demonstrou que o Estado deve assumir um papel ativo na valorização das políticas culturais tradicionais, por meio da implementação de políticas públicas consistentes e da criação de mecanismos de proteção contra a desvalorização cultural.

É evidente que o Estado, sendo o principal responsável pela gestão pública, possui competência e responsabilidade para desenvolver instrumentos adequados de proteção e valorização das práticas culturais do país, implementando ações que orientem e fortaleçam essas práticas. Assim, o Estado da Guiné-Bissau deve assumir um papel central e estratégico na promoção e valorização da cultura tradicional, reconhecendo-a como elemento fundamental para o fortalecimento da identidade nacional e para o desenvolvimento sustentável do país.

No que se refere aos objetivos específicos, o primeiro consistia em identificar as políticas públicas culturais implementadas na Guiné-Bissau entre 2020 e 2025. Esse objetivo não foi alcançado, uma vez que, com base nas pesquisas realizadas, a maioria dos participantes afirmou que não existe nenhuma política pública cultural implementada nesse período. Alguns acrescentaram que, caso existam políticas dessa natureza, elas não foram efetivamente aplicadas na prática, o que impossibilitou à sociedade vivenciar e perceber sua implementação.

O segundo objetivo específico buscou verificar como a tecnologia pode ser usada para preservar e divulgar a cultura guineense. Esse objetivo foi plenamente atendido, pois cerca de

90% dos participantes afirmaram que a tecnologia pode, de fato, ser utilizada como instrumento de salvaguarda, isto é, de preservação e divulgação da cultura nacional. Os respondentes destacaram as plataformas de ensino e difusão como o principal meio de preservação cultural, além de enfatizarem a importância da produção audiovisual e das mídias sociais, da digitalização de acervos culturais, dos museus virtuais e digitais, do turismo cultural e da proteção da propriedade intelectual.

Em relação ao terceiro objetivo específico, que consistia em analisar a percepção da população sobre o papel do Estado na valorização cultural, as respostas coletadas demonstram que a população reconhece a responsabilidade do Estado nesse processo. No entanto, quase 90% dos participantes afirmaram que o Estado guineense apresenta falta de políticas públicas culturais consistentes, escassez de recursos financeiros e fragilidade institucional, fatores que comprometem diretamente o desenvolvimento e a valorização das práticas culturais no país.

Por fim, o quarto objetivo específico visava propor recomendações para o fortalecimento das políticas culturais na Guiné-Bissau. Esse objetivo também foi alcançado, uma vez que o estudo apresentou diversos aspectos relevantes relacionados aos mecanismos que podem ser aplicados pela gestão pública como forma de fortalecer as políticas culturais. Entre esses mecanismos, destacam-se: o investimento em educação e cultura, a valorização das tradições locais, o fortalecimento institucional, a descentralização cultural, o estabelecimento de parcerias estratégicas e o uso da tecnologia. Tais aspectos têm como finalidade garantir o fortalecimento e a consolidação do setor cultural no país, promovendo uma política cultural sustentável e integrada.

A pesquisa partiu da hipótese de que a ausência de políticas públicas culturais bem estruturadas, a falta de recursos financeiros e a instabilidade política constante são os principais fatores que dificultam o desenvolvimento de políticas culturais eficientes e eficazes na Guiné-Bissau. Essas barreiras comprometem ou até impossibilitam a preservação do patrimônio cultural e a promoção da diversidade cultural no país. Durante a execução do trabalho, verificou-se que a hipótese foi confirmada, uma vez que os participantes apontaram a instabilidade política como um dos principais desafios, seguida pela fragilidade das políticas públicas, escassez de recursos financeiros e de infraestrutura, além de outros obstáculos enfrentados pelo governo da Guiné-Bissau na preservação da cultura local.

Em relação ao problema de pesquisa, considera-se que foi plenamente correspondido. Tendo em vista a realidade da Guiné-Bissau, é amplamente reconhecido que a instabilidade política constitui um dos maiores fatores de interferência em diversas áreas sociais, incluindo a cultural. Esse cenário provoca a fragilidade das políticas públicas culturais e revela, ainda, a carência de recursos financeiros e de recursos humanos qualificados, capazes de elaborar e implementar políticas culturais públicas consistentes, que visem minimizar os problemas existentes nesse setor.

Para a realização deste trabalho científico, adotou-se uma abordagem qualitativa, com metodologia exploratória e bibliográfica. A pesquisa caracteriza-se, portanto, como de natureza qualitativa e exploratória, pois busca compreender as percepções, experiências e significados atribuídos pelos participantes ao tema das políticas culturais e à construção da identidade nacional na Guiné-Bissau.

Recomenda-se às outras pessoas que vão estudar ou seja, pesquisar assuntos relacionado a este tema, seria melhor irem no terreno, localidades ou país para poderem realizar uma boa entrevista, porque realizar entrevista a distância é muito complexa. Entrevistar diretamente pessoas ligado a cultura, produtores culturais, músicos, cantores, artesãos, dançarinas, ou seja, todos os fazedores de artes a fim de ter informações e dados sólidas para a consistência do trabalho.

Para pesquisas futuras, cujos temas estão ligados a políticas públicas culturais e identidade nacional, podem utilizar este trabalho como embasamento do seu trabalho, ou do seu referencial teórico. Por outro lado, as futuras pesquisa poderão aproveitar desse trabalho para aprofundar os debates acadêmicas sobre políticas culturais e identidade nacional guineense, aproveitando estudar aspecto relacionado à gestão pública cultural, educação, sociologia, comunicação digital e demais outras áreas que poderão contribuir de uma forma significativa para a consolidação das atividades culturais, no que tange a identidade guineense.

A pesquisa mostrou que a cultura guineense, apesar de sua riqueza e diversidade, permanece fragilizada pela ausência de políticas públicas culturais consistentes entre 2020 e 2025. Constatou-se que a instabilidade política, a falta de recursos financeiros e a descontinuidade administrativa são os principais fatores que impedem o desenvolvimento de ações eficazes voltadas à preservação da identidade nacional. Embora existam iniciativas pontuais, como a Lei de Bases do Patrimônio Cultural e o reconhecimento do “*panu di pinti*”

como patrimônio nacional, elas não foram suficientes para gerar impactos significativos na sociedade.

Os resultados também esclarecem que o Estado deve assumir um papel central no fortalecimento das práticas culturais, garantindo instrumentos de proteção, valorização das tradições locais, estímulo à educação patrimonial, formação cidadã e apoio institucional contínuo aos fazedores de arte. Além disso, o estudo revela que a tecnologia se apresenta como ferramenta estratégica para registro, preservação e divulgação da cultura guineense, ampliando seu alcance e contribuindo para a economia criativa.

De modo geral, conclui-se que a construção de políticas culturais sólidas é indispensável para o fortalecimento da identidade nacional e para a promoção de um desenvolvimento público verdadeiramente sustentável. A valorização do patrimônio cultural, aliada à estabilidade política e ao compromisso estatal, constitui caminho essencial para que a Guiné-Bissau avance na preservação de sua memória, de suas tradições e de sua diversidade.

REFERÊNCIAS

APONTO TÉ, Júlio António. *Música, mídia e identidade nacional na Guiné-Bissau: da revolução armada à independência*. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/556c2ba7-135d-4e36-907c-be0b84d6a04a/content> Acesso em 20.jul.2025

ASTELLS, Manuel. *El poder de la identidad*. El País, Madrid, 18 fev. 2003.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BATISTA, Eraldo Carlos; MATOS, Luís Alberto Lourenço de; NASCIMENTO, Alessandra Bertasi. *A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa*. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v. 11, n. 3, p. 23-38, triênio III, 2017. ISSN 1980-7031. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/rica/article/view/17910> Acesso em: 12 set.2025.

BENZINHO, Joana; ROSA, Marta. **Guia Turístico: à descoberta da Guiné-Bissau**. 2. ed. União Europeia, 2018. Disponível em: https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/guia_turistico_guine-bissau_ue_acl2018_pt_web.pdf Acesso em: 21 out. 2025.

BERLATTO, Odir. **A construção da identidade social**. *Revista do Curso de Direito da FSG*, Caxias do Sul, ano 3, n. 5, p. 141-151, jan./jun. 2009. Cultura é o quê? Reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA – ENECULT, 5., 2009, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBa, 2009. Disponível em: <https://cult.ufba.br/enecult2009/19353.pdf>. Acesso em: 18 jul.2025.

BOTELHO, Isaura. **A política cultural e o plano das ideias**. Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador - BA, 23 a 25 de maio de 2007. Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBa, 2007. Disponível: <https://cult.ufba.br/enecult2007/IsauraBotelho>. Acesso em: 15 ago. 2025

BUCAL, Vladimir. *Estado e política cultural na Guiné-Bissau: uma análise da relação entre Estado e cultura no período democrático (1994-2020)*. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023. Disponível em: https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/5133/2/VLADIMIR_BUCAL. Acesso em: 21 out. 2025.

BUCAL, Vladimir; MACHADO, Eduardo Gomes. **Os desafios de construção das políticas culturais na Guiné-Bissau:** questões preliminares. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 26, n. 1, p. 360–374, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v26n1p360-374>. Acesso em: 18 jul. 2025.

BUCAL, Vladimir; MACHADO, Eduardo Gomes. **Os desafios de construção das políticas culturais na Guiné-Bissau:** questões preliminares. 2021. Trabalho apresentado no Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Data de submissão e aprovação: 23 ago. 2021. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/4610/1/VLADIMIR%20BUCAL%20Artigo>. Acesso em: 25 jul. 2025

BUSSOTTI, Luca; NHAUELEQUE, Laura António. **Processos de marginalização étnica e cultural na África pós-colonial:** o caso dos Amakhuwa de Moçambique. *Comunicação e Sociedade*, v. 41, p. 149-167, 2022. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cs/6958>. Acesso em: jul.28.2025

CÁ, Imelson Ntchala. **Abordagens de ensinar Português Língua Segunda no contexto guineense de ensino médio e superior**. 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/38286/1/2019_ImelsonNtchala. Acesso: 17 set. 2025

CÁ, Luizinho Jorge. *Desafios democráticos na Guiné-Bissau: um estudo sobre as produções bibliográficas desde a perspectiva da cultura política*. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/258053>. Acesso em 25 ago. 2025

Calabre, Lia. **"Desafios à construção de políticas culturais: balanço da gestão Gilberto Gil."** *PROA: Revista de Antropologia e Arte* 1.1 (2009). Disponível em:

https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Calabre-Desafios_construcao_politicas_culturais.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN. Pedro Alcino. **Metodologia científica:** para uso dos estudantes universitários. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1973. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1230242>. Acesso em: 20 ago. 2025.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura política e política cultural.** Estudos Avançados, São Paulo, v. 9, n. 23, p. 5–23, 1995. Disponível em:

CONCEIÇÃO, Gislene Angélica. Identidade cultural e o sentimento de pertencimento. *Signos*, Lajeado, v. 39, n. 1, p. 104-125, 2018. Disponível em: <https://www.univates.br/revistas/index.php/signos/article/view/1846/>. Acesso em: 14.jul.2025

CORREIA, Nilton Carlos. **Política cultural na Guiné-Bissau: desafios e constrangimentos – Avanços e recuos.** 2024. Dissertação (Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura) – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), Lisboa, 2024. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/34011/1/Master_nilton_carlos_correia. Acesso em: 20 jul. 2025.

COSTA, António Firmino da. **Políticas culturais:** conceitos e perspectivas. *OBS – Observatório das Actividades Culturais*, n. 2, p. 10–14, out. 1997. Disponível: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/13885/1/Pol%C3%ADticas%20culturais%20conceitos%20e%20perspectivas>. Acesso em: 20 ago 2025.

COSTA, Kátia. **Gestão Cultural, Planos de Cultura e Diversidade:** desafios presentes e futuros para as políticas culturais municipais. Planos Municipais de Cultura: reflexões e experiências, v. 1. Disponível em: [2019 Planos Municipais Cap5. pdf](#) Acesso em 18.set. 2025.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto [recurso eletrônico]. Tradução: Sandra Maria Mallmann da Rosa; revisão técnica: Dirceu da Silva. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021. E-pub. ISBN 978-65-81334-19-2. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/846875517/Creswell-e-Creswell-2021-Projeto-de-Pesquisa->. Acesso em 18.out.2025.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais.* Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999. Disponível em: <https://pt.scribd.com/docs>. Acesso em: 28.jul.2025.

CYRIACO, Aline Figueiredo Falcão; NUNN, Danny; AMORIM, Rivadávio Fernandes Batista de; FALCÃO, Denise Pinheiro; MORENO, Heitor. **Pesquisa qualitativa:** conceitos importantes e breve revisão de sua aplicação à geriatria/gerontologia. *Geriatrics, Gerontology and Aging*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 4–9, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=739780700012>. Acesso em: 16 out. 2025.

DEM, Alassana. ***Instabilidade política na Guiné-Bissau: o engajamento da sociedade civil em casos de golpes de Estado***. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br>. Acesso em: 20 jul. 2025.

Disponível em: https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Politicasculturais_governo_Lula. Acesso em: 02.out.2025.

DJALÓ, Iaguba. *Os desafios da preservação e conservação do património histórico-documental da Guiné-Bissau*. Lisboa: Universidade Aberta, 2020. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=cxWpEAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA1981&dq=DJAL%C3%93,+Iaguba.+Os+d+esafios+da+preserva%C3%A7%C3%A3o+e+conserva%C3%A7%C3%A3o+do+patrim%C3%B3nio+hist%C3%B3rico-documental+da+Guin%C3%A9-Bissau.+Lisboa:+Universidade+Aberta,+2020.&ots=XBQSUeIe9e&sig=JdqbNcRDk1wt_4Q_bO7hPc1LMw4&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 14.set.2025

EMBALÓ, J. B. ***Abandono escolar no ensino básico na escola pública do sector de Pitche/Guiné-Bissau: o caso da escola Pitche 1 no ano letivo 2019-2023***. 2023. Disponível: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/4882>. Acesso em: 22.set. 2025.

EMBALÓ, Joarsem Bacar. **Abandono escolar no ensino básico na escola pública do sector de Pitche – Guiné-Bissau: o caso da Escola Pitche 1 no ano letivo 2019–2023**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Acarape, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/4882/1/JOARSEM%20BACAR%20EMBAL%c3%93.pdf>. Acesso: 17 set. 2025.

ENNES, Marcelo Alario; MARCON, Frank. **Das identidades aos processos identitários:** repensando conexões entre cultura e poder. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 16, n. 35, p. 274-

305, jan./abr. 2014. Disponível em: scielo.br/j/soc/a/jXq5XN7RP3g6wFJqpQqXBTN/?format=pdf&lang=pt. Acesso:ago.10.2025

FERNANDES, Aladino. **A relação entre sociedade civil e o Estado na Guiné-Bissau.** *Semina – Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF*, v. 20, n. 1, p. 104–120, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://ojs.upf.br/index.php/ph/article/view/>. Acesso em 10.set.2025

FOCNA, Salomão Moreira. **Diversidade cultural na construção de identidade nacional no carnaval da Guiné-Bissau.** 2023. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) – ISCTE, Lisboa, 2023. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/ca292b7b40d729186617e48075203c43/1?pq-origsite=gscholar&cbl=>. Acesso em 25.out.2025.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/31031805/9482_lista_de_revisao_1%C2%BA_bimestr_e_com_respostas_direito-libre.pdf?1392222127=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DComo_elaborar_projetos_de_pesquisa.pdf&Expires=1763485911&Signature=cKSkgTi8yxAS12a9lhkajlHZpJ8MXpxUPki3DYUK9LxmsMkKVU36MQFAVU6u0ECAqOlMiXdRP1R8oK9RjpCAenLmNR--mhqf58p5MtJUFXnw6weWcWDsB31CWBjJcmnqJVb9psp5tDGIpFwpWOnLX8TTCj7jToHbBSqRp96ktZ9XluHwgIVze2zEbg-y9ovLZGld4Ky4aCufcG61OrxUytGYbYn6Wzi7S6XDhuS-Wvd3gbvnBKFWygDrT3ZrBjiIsg3lBJV9rrY7TfvF4nZUnYk3NaEAgLPP2f52ywyWvLa5OoVMA1e~AgQuVgoWH-wSLCkCYp3NzGcJrBqFKgVm8g_&Key-Pair-Id= Acesso em 11out. 2025.

Gil, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. _____. *Como elaborar projetos de pesquisa*, 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://www.feata.edu.br/downloads/revistas/economiaepesquisa/.pdf> Acesso em: 11out.2025.

GRAÚNA, Graça. **Literatura: diversidade étnica e outras questões indígenas.** Todas as Musas, Recife, ano 5, n. 2, p. 53–57, jan./jun. 2014. ISSN 2175-1277. Disponível em: <https://todasasmusas.com.br/.pdf> Acesso em: 12 out. 2025.

GUINÉ-BISSAU. *Constituição da República da Guiné-Bissau*. Bissau: Assembleia Nacional Popular, 1984. Disponível em: <https://anp.gw/index.php/constituicao/>. Acesso em: 18 jul. 2025.

HAMA, Sabrina Batista. **Repatriação cultural pela França:** condução da diplomacia cultural em um cenário pós-colonial. *Revista de Relações Internacionais*, v. 1, n. 1, p. 1-20, 2021. Disponível em: https://www.cult.ufba.br/enecult2007/RubiaRibeiroLossio_CesardeMendoncaPereira.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em 20 jul. 2025.

<https://www.scielo.br/j/ea/a/FKYqvPJSw3ChWVF6dbkBJDv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 12.jul.2025.

INSALI, Osniel Paulo; PAIVA, Wilson Alves de. **O sentido da cultura e a formação da identidade Bissau-Guineense:** um breve apontamento. *Cadernos de África Contemporânea*, v. 7, n. 14, p. 136-150, 2024. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/cac/article/view/>. Acesso em: 12.ago. 2025.

LEAL, Alessandra Fonseca; LEAL, Erika Adriana. **Políticas públicas, culturas populares e patrimônio cultural imaterial:** meios e alternativas. *RA'E GA*, Curitiba, n. 26, p. 247-269, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/30161>. Acesso em: 01 set. 2025.

MANÉ, Besna. *A formação do Estado da Guiné-Bissau: desafios políticos pós-independência*. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/>. Acesso em: 7 agost.2025.

MATOS, Ruyvan da Silva; BATISTA, Adrielle da Cruz; SOUSA, Eli Conceição de Vasconcelos Tapajós. **História e aprendizado por meio do patrimônio cultural:** memória e a identidade local. *Bilros*, Fortaleza, v. 12, n. 25, p. 1-16, 2024. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/bilros/article/view/>. Acesso em: 20.out.2025.

MBUNDÉ, Daiana Fernando. **A herança colonial:** fator de reprodução da desigualdade social na Guiné-Bissau. *Revista NEP*, v. 7, n. 1, p. 17-32, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/nep/article/>. Acesso em: 07 de jul. 2025.

MENDES, Eulino. *Fatores que inibem o desenvolvimento da Guiné-Bissau*. 2019. Tese (Doutorado em Gestão de Empresas) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2019. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt>. Acesso em: 20 jul. 2025.

MENEZES, Vitor. **Identidade e processos de identificação:** um apanhado teórico. *Intratextos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 68-81, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intratextos/article/view/>. Acesso em: jul.08.2025

MESQUITA, Murilo; SILVA, Maria Liandra Nascimento da. **Política externa como ferramenta para o desenvolvimento:** o caso de Cabo Verde (2001-2011). *REER*, v. 9, n. 3, p. 122-137, 2019. Disponível em: <https://reer.emnuvens.com.br/reer/article/>. Acesso em: 27.jul.2025.

MINAYO, M. C. S. *Técnicas de pesquisa:* entrevista como técnica privilegiada de comunicação. In: _____. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 261- 297.

MOREIRA, Filipe da Silva. *Prática de ensino de literatura e música popular:* ritmo e poesia na construção da identidade cultural de jovens subalternizados. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/> Acesso em: 22.agost.2025.

NANQUE, Ebreu. **Processo educativo na Guiné-Bissau no período pós-colonial:** as contribuições educacionais e de ciências para reconstrução da identidade nacional. Monografia (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024.

NDOMBELE, Eduardo David. **Literatura guineense:** pensamento de Amílcar Cabral na construção da identidade da nação: Guinean Literature: Amílcar Cabral's Thought on the Construction of the Nation's Identity. *NJINGA e SEPÉ: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras* (ISSN: 2764-1244), v. 5, n. 1, p. 260-273, 2025. Disponível em: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape/article/view/1724>. Acesso em: 15.jul.2025.

NHASSE, Colna Francisco. *Guiné-Bissau: um estudo sobre o impacto da guerra civil de 1998/99 no processo de desenvolvimento socioeconômico (2000–2019)*. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade da Integração

Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Campus dos Malês, São Francisco do Conde, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br> . Acesso em: 20 jul. 2025.

NUNES, Istefani De Sá; CAFFÉ FILHO, Hesler Piedade. **Perspectivas e desafios da gestão pública contemporânea**. *Id on Line Revista Multidisciplinar de Psicologia*, v. 13, n. 45, p. 715-733, 2019. ISSN 1981-1179. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1776/2569> Pdf Acesso em: 05.agosto.2025

PEREIRA, Juliana de Figueiredo. **Sistema socioeducativo e resistência cultural: reflexões sobre arte, educação e identidade**. 2024. Monografia (Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/> Acesso em: 10 jun. 2025.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva; CARMO, Raiana Alves Maciel Leal do. **Políticas culturais e músicas da cultura popular: inter-relações na contemporaneidade**. *Opus*, v. 24, n. 2, p. 84-118, 2018. Disponível em: <https://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus/article/view/opus2018b2404/>. Acesso em: 10 jul.2025.

REIS, Marcos Vinicius de Freitas; MACIEL, Kellylo Barbosa; PEREIRA, Marcos Paulo Torres. **Ladrões de Marabaixo em Macapá: identidade cultural, poder, história, memória e religiosidade na Amazônia amapaense**. *Caminhos*, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 11–28, 2021. DOI: 10.18224/cam.v19i1.8298. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/8298/>. Acesso em: 01.set.2025

REIS, Marcos Vinicius de Freitas; MACIEL, Kerllyo Barbosa; PEREIRA, Marcos Paulo Torres. **Ladrões de Marabaixo em Macapá: identidade cultural, poder, história, memória e religiosidade na Amazônia amapaense**. *Caminhos*, Goiânia, v. 19, p. 11-28, 2021. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/8298/> Acesso em: 24 set. 2025.

ROCHA, Catarina Tavares Lebre da. **Papel da sociedade civil – caso Liga Guineense dos Direitos Humanos – na democratização na Guiné-Bissau**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Aveiro. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/6220c016f9c44fec1d86effacdd645b0/1?pq-origsite=gscholar&cbl> Acesso em: 10 jun.2025.

ROVISCO, Maria Luís. Reavaliando as narrativas da nação: identidade nacional e diferença cultural. In: *IV Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, 2000. Disponível em: <https://aps.pt/wp-content/uploads/.pdf> Acesso em: 03 ago. 2025.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais no governo Lula**. Edufba, 2011.

Ruiz, João Álvaro. *Metodologia Científica Guia para eficiência nos estudos*. Atlas, 1976.

SANGREMAN, Carlos; MAGALHÃES, José; FARIA, Raquel. *A identidade nacional na Guiné-Bissau: um ensaio exploratório*. Working Paper CEsa CSG 188/2023. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2023. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Carlos-Sangreman/publication/.pdf> Acesso em: 7 ago. 2025.

SANTOS, Adalberto Silva. *Tradições populares e resistências culturais: políticas públicas em perspectiva comparada*. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, 2007. Disponível em: http://repositorio2.unb.br/bitstream/10482/1422/1/Tese_2007_AdalbertoSilvaSantos. Acesso em 01.jun.2025.

SANTOS, Antônio Nacílio Sousa dos; ARAÚJO JÚNIOR, Francisco de Assis de; SOUSA, Carlos Augusto Marinho de; NEVES, Carlos Rigor; NETO, José Maria Nogueira. **Políticas culturais e saúde mental na infância: políticas públicas de cultura e sua importância para o desenvolvimento da saúde mental das crianças**. Cuadernos de Educación y Desarrollo, v. 16, n. 4, p. 01-23, 2024. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=all&id=W4395690089>. Acesso em: 17.set 2025

SANTY, Amílcar Rodrigues Afonso. *Avanços e impasses no processo de transição política em Guiné-Bissau (1993-2009)*. 2009. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18999/000733730>. pdf. Acesso em: 10.out.2025

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico [livro eletrônico]**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013. e-PUB. ISBN 978-85-249-2081-3. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ccaaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodo>

[logia do Trabalho Científico - 1ª Edição - Antonio Joaquim Severino - 2014](#). Acesso em: 21.set.2025.

SILVA, A.; AZEVEDO, Joaquim; FONSECA, António Manuel. **Valores e Cidadania: a Coesão Social, a Construção Identitária e o Diálogo Intercultural**. R. Carneiro, J. Caraça, & ME São-Pedro, O Futuro da Educação em Portugal: Tendências e Oportunidades, v. 2, p. 153-226, 2001. Disponível em: https://biblioteca.esec.pt/cdi/ebooks/docs/Valores_cidad.pdf. Acesso em: 09.jul.2025.

SILVA, Acildo Leite da. Memória, tradição oral e a afirmação da identidade étnica. In: *GT Afro-Brasileiros e Educação*, ANPED, 2003. Disponível em: <http://27reuniao.anped.org.br/gt21/>.pdf Acesso em 29 ago.2025.

SOUSA, C. N.; KHAN, S. H.; PEREIRA, M. **Políticas culturais em contextos pós-coloniais: Angola e Moçambique em perspectiva comparada**. Comunicação e Sociedade, v. 41, p. 129-147, 2022.

TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. **Política Pública Culturais de Inclusão de Pública Especiais em Museus** Amanda Pinto da Fonseca Tojal: Orientadora Maria Helena Martins- São Paulo 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-19032008-183924/publico/AmandaTojal>. Acesso em: 25 jul. 2025

TOMAZ, Paulo Cesar. **A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil**. Fênix-Revista de História e estudos culturais, v. 7, n. 2, p. 1-12, 2010. Disponível em: <https://revistafenix.emnuvens.com.br/revistafenix/article/view/>. Acesso em 27.jun.2025.

ANEXOS**Nome Completo**

Gênero☐ Masculino☐ Feminino**Local de Residência**

Nível de escolaridade☐ Médio☐ Graduação☐ Pós-Graduação☐ Doutorado☐ Pós-Doutorado**Que função o(a) senhor(a) exerce no âmbito cultural do país, seja como**☐ cantor (a)☐ músico(a)☐ promotor(a) cultural☐ Disc Jockey (DJ)☐ Mestre de Cerimónia (MC)☐ Outros:

Faixa etária

- ☐ Menos de 18 anos
- ☐ Entre 18 e 25 anos
- ☐ Entre 26 e 35 anos
- ☐ Entre 36 e 45 anos
- ☐ Entre 46 e 60 anos
- ☐ Mais de 60 anos

As políticas culturais são princípios práticos e administrativos que orientam como as políticas culturais serão formuladas, implementadas e avaliadas, garantindo que a ação do Estado seja eficaz e eficiente, direcionada para alcançar os objetivos de cultura e desenvolvimento da sociedade. Desse modo, seguem-se as questões abaixo.

1. Como você define a identidade cultural da Guiné-Bissau? (escolha até 4 opções)

- ☐ Processo Dinâmico
- ☐ Valores
- ☐ Tradições
- ☐ Modos de vida

2. Na sua opinião, quais elementos mais representam a identidade nacional guineense? (escolha opções)

- ☐ Bandeira nacional
- ☐ Hino nacional
- ☐ Línguas nacionais
- ☐ Músicas e danças
- ☐ Tradição oral

☐ Memória história de luta de libertação nacional.

☐ Outros (especifique):

3. Qual é a importância da preservação cultural para a consolidação da identidade nacional? (escolha opções)

☐ Garantir a continuidade da memória coletiva

☐ Reforça os laços sociais

☐ Fortalece o sentimento de pertencimento do povo à sua pátria

☐ Tradições

☐ Símbolos

☐ Línguas

☐ Saberes

☐ Outros

4. Como as tradições locais contribuem para a formação da identidade nacional da Guiné-Bissau? (escolha opções)

☐ Através de uma dança

☐ Um ritual

☐ Uma festa

☐ Uma língua

☐ Um saber tradicional traz consigo a história de um povo

5. De que forma a diversidade étnica influencia a construção da identidade nacional no país? (escolha opções)

- ☐ Influencia a construção da identidade nacional
 - ☐ Vários grupos como Balanta, Fula, Mandinga, Manjaco, Papel, Bijagó, entre outros vários grupos como Balanta, Fula, Mandinga, Manjaco, Papel, Bijagó, entre outros
 - ☐ Línguas, Tradições, Crenças e Formas de organização social
 - ☐ Convivência e diálogo
 - ☐ Outros:
-

6. Como você avalia o estado atual das práticas culturais tradicionais na Guiné-Bissau? (escolha opções)

- ☐ É marcado por resistência
 - ☐ Vitalidade
 - ☐ Pela Fragilidade
 - ☐ Falta políticas públicas consistente
 - ☐ Escassez de recursos
 - ☐ Outros:
-

7. Quais são as principais manifestações culturais que ainda se mantêm vivas hoje no país? (escolha opções)

- ☐ Música e dança
- ☐ Tradições orais
- ☐ Rituais de iniciação
- ☐ Artesanato
- ☐ Gastronomia

- ☐ Religiões tradicionais
 - ☐ Festivais e celebrações comunitárias
 - ☐ Outros:
-

8. Existem práticas culturais que você considera em risco de desaparecimento? Quais? Por quê? (escolha opções)

- ☐ Tradições orais
 - ☐ Rituais de iniciação
 - ☐ Artesanato Tradicional
 - ☐ músicas e danças tradicionais
 - ☐ Práticas religiosas tradicionais
 - ☐ Outros:
-

9. Na sua opinião, a população guineense valoriza suficientemente a sua cultura?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez

Se for sim, comente.

10. Como a globalização tem impactado a preservação da cultura tradicional no país?

- ☐ Desafio
- ☐ Oportunidades.

☐ Enfraquecimento de práticas tradicionais

☐ Outros:

11. Que políticas públicas voltadas à preservação cultural que você conhece na Guiné-Bissau?

12. Como você avalia a eficácia das políticas culturais atualmente implementadas?

☐ Positiva

☐ Parcialmente positiva

☐ Negativa

13. Existe uma legislação que protege o patrimônio cultural do país?

☐ Sim

☐ Não

☐ Talvez

Comente:

14. Existe financiamento adequado para projetos de preservação cultural?

☐ Sim

☐ Não

☐ Talvez

Se for sim mencione.

15. Como o Estado pode melhorar a aplicação das políticas culturais?

- ☐ Fortalecimento institucional
 - ☐ Descentralização cultural
 - ☐ Valorização das tradições locais
 - ☐ Parcerias estratégicas
 - ☐ Educação e cultura
 - ☐ Uso da tecnologia
 - ☐ Outros:
-

16. Qual o papel das escolas na preservação da cultura e da identidade nacional? (escolha opções)

- ☐ Espaços de formação
- ☐ Transmissão de valores
- ☐ Construir consciência social
- ☐ Educação patrimonial
- ☐ ensino das línguas nacionais
- ☐ Outros:

17. O ensino da história e das tradições guineenses é suficiente no currículo escolar? (opções)

- ☐ Sim
- ☐ pouca ensinada
- ☐ Não

18. Como as novas gerações podem perceber a importância da cultura tradicional?

- ☐ Pela educação
- ☐ Pelo contato direto com as tradições
- ☐ Pelo exemplo das comunidades
- ☐ Pelo reconhecimento do valor social e econômico
- ☐ Pelo uso da tecnologia
- ☐ Todos

19. Quais estratégias educativas poderiam reforçar a preservação da cultura? (escolha opções)

- ☐ Inserção da cultura no currículo escolar
- ☐ Aprendizagem práticas
- ☐ Projetos culturais nas escolas
- ☐ Formação de professores na área cultural
- ☐ Parceria entre escola e a comunidade
- ☐ Todos

20. Na sua opinião, as universidades guineenses contribuem para o estudo e preservação cultural (escolha opções)

- ☐ Reconhecimento do esforço, mas com limitações
- ☐ Potencial pouco explorado
- ☐ Contribuição indireta, mas necessária
- ☐ Importância da integração curricular
- ☐ Parcerias e valorização do conhecimento local
- ☐ Todos

21. Quais são os maiores desafios que o governo enfrenta na implementação das políticas culturais e preservação do patrimônio nacional? (escolha opções)

- ☐ Fragilidade das políticas públicas
 - ☐ perda de tradição oral
 - ☐ globalização e influência externa
 - ☐ falta de recursos financeiros e infraestrutura
 - ☐ êxodo rural e migração
 - ☐ Outros:
-

22. A falta de recursos financeiros é o maior obstáculo? Ou existem outros mais importantes (escolha opções)

- ☐ Recursos financeiros
 - ☐ políticas públicas frágeis
 - ☐ Desvalorização cultural interna
 - ☐ Globalização
 - ☐ Pressão interna
 - ☐ Outros:
-

23. Como os conflitos políticos e sociais afetam a identidade cultural? (escolha opções)

- ☐ Enfraquecimento das tradições
- ☐ Deslocamento e migração
- ☐ Perda de patrimônio cultural

- ☐ Desvalorização cultural
 - ☐ Divisão interna
 - ☐ manipulação cultural
 - ☐ Outros:
-

24. De que forma a migração e o êxodo rural impactam a transmissão da cultura tradicional (escolha opções)

- ☐ Ruptura com o espaço comunitária
 - ☐ Enfraquecimento de transmissão intergeracional
 - ☐ Adoção de novos hábitos culturais
 - ☐ Desvalorização das raízes culturais
 - ☐ Transformação cultural.
 - ☐ Outros:
-

25. Como combater a influência estrangeira que ameaça a cultura local? (escolha opções)

- ☐ Educação cultural
- ☐ Valorização da produção local
- ☐ Uso da tecnologia a favor da cultura
- ☐ Políticas públicas sólidas
- ☐ Promoção de orgulho identitário
- ☐ Diálogo entre a tradição e modernidade

☐ Outros:

26. Quais medidas podem ser tomadas para fortalecer a identidade nacional guineense (escola opções)

☐ Criar os espaços culturais

☐ Salão de teatro

☐ Centros culturais

☐ Salas de cinemas

☐ Plataformas para realização dos eventos de grandes portes

☐ Outros:

27. Qual deve ser o papel do Estado na valorização e preservação da cultura tradicional guineense (escola opções)

☐ Reconhecimento institucional

☐ Políticas públicas consistentes

☐ Educação e transmissão Inter gerencial

☐ Apoio econômico e técnico

☐ Participação comunitária

☐ Integração com inovação e tecnologia

☐ Proteção contra a desvalorização da cultura

☐ Outros:

28. Como a tecnologia pode ser usada para preservar e divulgar a cultura guineense? (escolha opções)

- ☐ Digitalização de acervos culturais
 - ☐ Plataformas de ensinos e difusão
 - ☐ Museus virtuais e digitais
 - ☐ Produção audiovisual e mídias sociais
 - ☐ Turismo e cultura
 - ☐ Proteção da propriedade intelectual
 - ☐ Outros:
-

29. Que mensagem você deixaria para as futuras gerações sobre a importância da cultura e da identidade nacional?

30. Existem políticas culturais públicas criadas e implementadas entre 2020 a 2025?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se for sim, qual ou quais?
